

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	12
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	51
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	56
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em 7 de julho de 2021 com o objetivo de controlar ou mitigar riscos corporativos sejam estes operacionais, estratégicos ou regulatórios. Essa Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração e sua aplicação é monitorada pelo Conselho de Administração da Companhia, além de outros órgãos voltados para a governança da Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes que norteiam as práticas de gestão dos riscos da Companhia, ou seja, a Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os controles e procedimentos necessários para identificar, avaliar, tratar e monitorar todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma a prevenir a ocorrência de tais riscos ou minimizar os seus impactos, bem como definir os procedimentos e as responsabilidades na gestão de riscos, em atenção aos objetivos estratégicos e geração de valor buscados pela Companhia. As estruturas de gerenciamento de riscos, controles internos e *compliance* foram revisadas e reestruturadas no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia, para fins de atendimento aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado. Por esse motivo, as estruturas podem não estar plenamente operacionais até a data de conclusão da referida oferta.

A Política de Gerenciamento de Riscos e as estruturas de gerenciamento de riscos aplicam-se a todos os macroprocessos, processos, subprocessos e operações de negócio da Companhia e são aplicáveis a todos os colaboradores e administradores da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia reconhece que suas atividades estão expostas a riscos inerentes ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados às questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, às novas leis e regulamentações a que está sujeita, aos operadores de planos de saúde e às questões reputacionais, que surgem no curso normal das atividades da Companhia e aos riscos corporativos como um todo, incluindo o risco de não consecução de sua estratégia. Neste sentido, a Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, e o processo de tratativa dos riscos em consonância com suas demais políticas e procedimentos internos.

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia visa proteger-se de todos os riscos que podem impactá-la adversamente, o que inclui, mas não se limita, as seguintes categorias de riscos:

- Riscos operacionais: relacionados à inadequação ou falha na gestão de processos internos, disponibilidade, desempenho, integridade e outros correlatos às operações da Companhia.
- Riscos estratégicos: riscos relacionados à não execução das estratégias da Companhia e de seus planos de investimentos com sucesso, impactando negativamente seus objetivos.
- Riscos cibernéticos: associados a interrupções relevantes na prestação dos serviços ocasionadas por quedas, perdas e/ou falhas dos sistemas, softwares e elementos de atendimento e tratamento, originados por questões de infraestrutura, de segurança ou operacional, além da possibilidade de expor ativos, impactando negativamente a integridade e confidencialidade de dados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Riscos financeiros: alusivo à possibilidade de perdas relativas às variações de mercado que envolvam flutuações de taxa de câmbio, de taxas de juros e variações dos ativos da Companhia, inadimplência de clientes e incapacidade financeira da Companhia para cumprir suas obrigações financeiras.
- Riscos regulatórios: riscos decorrentes da possibilidade de não cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas, sujeitando a Companhia a sanções legais, financeiras e/ou reputacionais.
- Riscos socioambientais: riscos relacionados à inadequação da gestão ambiental e social ou de mudanças socioambientais que podem impactar negativamente as atividades e objetivos estratégicos da Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia reconhece que suas atividades e de suas subsidiárias estão expostas a riscos que podem impactá-las negativamente, cuja gestão deverá ser atribuída a diferentes departamentos de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece as diretrizes para identificar, avaliar, tratar, monitorar e gerenciar os riscos, obedecendo as estratégias de negócios, limites de riscos e demais políticas internas da Companhia aprovadas por sua alta administração.

Neste sentido, a Política de Gerenciamento de Riscos define o processo de gerenciamento de riscos pela categorização e avaliação de cada risco, bem como a aplicação de controles internos para mitigá-los, baseados na probabilidade de o evento ocorrer e seu provável impacto, caso nenhuma medida seja tomada.

A Companhia estabelece as seguintes etapas para o gerenciamento de riscos, com base nos princípios do COSO – ERM: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework:

- **Identificação dos riscos:** Etapa para a compreensão dos riscos, com coleta de informações. A identificação de riscos ocorre continuamente para processos existentes e sempre que necessário no lançamento de novos produtos, projetos ou mudanças contempladas em produtos e processos existentes.
- **Avaliação e medição de risco:** A avaliação de risco inclui a consideração da probabilidade de ocorrência de um risco e o impacto de um risco na realização dos objetivos da Companhia dentro de um prazo especificado.
- **Resposta e ação ao risco:** Para cada risco identificado, é estabelecida uma opção de “resposta” apropriada para otimizar a gestão do risco. São opções de resposta: (i) Otimizar (Reter): Aprimorar o nível do risco expresso por ajustes em termos da combinação dos seus impactos e probabilidades, evoluindo continuamente o seu desempenho em termos de sua avaliação de sua significância; (ii) Certificar (Assegurar): Promover garantias que assegurem e melhorem a eficiência de resultados na configuração de significância (critérios) do nível do risco no cenário assumido; (iii) Acompanhar (Controlar): Observar de forma crítica e contínua, a fim de identificar mudanças (vulnerabilidades) nos níveis esperados da configuração de significância do risco, buscando evolução no seu nível de classificação; e (iv) Mitigar (Reduzir): Abrandar ou minimizar o nível do risco constatado (tender a zero), tomando ações eficazes junto aos efeitos adversos identificados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Monitoramento:** Os riscos e as atividades de resposta aos riscos são monitorados para garantir que os riscos significativos permaneçam dentro dos níveis de risco aceitáveis. Eventuais considerações emergentes, incluindo aumento de exposição são identificados, para que as respostas aos riscos e as atividades de controle sejam adequadas e apropriadas.
- **Reporte:** A liderança da Companhia, representada pela Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, devem ser informados com relação aos resultados das etapas anteriores. Em sua capacidade de supervisão, avaliam se os riscos estão sendo gerenciados dentro dos níveis de risco aprovados. Os reportes devem minimamente contemplar: destaque aos riscos significativos e aos riscos que excedem seus níveis de risco aceitáveis aprovados; identificar o prazo e o status das atividades adicionais de gerenciamento de risco para que sejam enquadrados em níveis de risco aprovados; identificar riscos emergentes, tendências de aumento ou diminuição da exposição ou mudanças nas atividades da Companhia, e outras inclusões conforme solicitação da liderança.

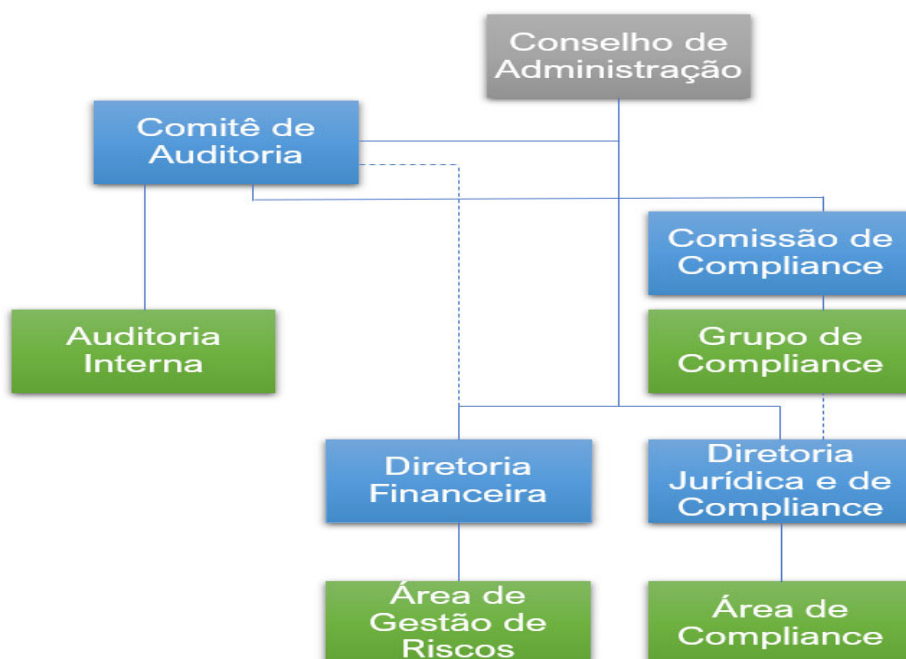
(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os seus profissionais, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos. A estrutura de gerenciamento dos riscos da Companhia é baseada na Estrutura Integrada de Controles Internos do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), que recomenda a gestão de riscos através do modelo das 3 (três) linhas de defesa:

- (i) 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos riscos. Trata-se das áreas operacionais e de suporte ou unidades de negócios;
- (ii) 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de Riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria estão a Área de Gestão de Riscos (criada em junho de 2021), a Área de Compliance (criada em outubro de 2016), o Grupo de Compliance (criado em janeiro de 2017) e a Comissão de Compliance (criada em julho de 2021), com o apoio do Comitê de Auditoria (criado em junho de 2021), órgão independente de assessoramento do Conselho de Administração. Os membros da Área de Gestão de Riscos e da Área de Compliance não acumulam atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, podem contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, tais como controladoria, jurídico e auditoria interna, para o desempenho de suas atividades; e
- (iii) 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à atuação da auditoria interna (criada em maio de 2021), a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos adotados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia pode ser visualizada no organograma a seguir:



Conselho de Administração

O gerenciamento de riscos, por sua relevância para atingir os objetivos da Companhia, inclusive os estratégicos, passa pela orientação do Conselho de Administração que possui a responsabilidade pelo direcionamento da Companhia e pelas decisões estratégicas. Além das funções previstas em seu Regimento Interno, o Conselho de Administração da Companhia deverá ser o órgão responsável por monitorar o funcionamento do processo de gerenciamento de riscos, considerando o apetite ao risco da Companhia, e os planos de ação definidos em resposta a estes eventos, sendo suas atribuições:

- aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões;
- determinar o Apetite ao Risco;
- contratar e destituir os auditores independentes da Companhia e determinar à Diretoria a escolha dos auditores das controladas, das investidas e das sociedades coligadas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
- promover e incentivar a cultura de gestão de riscos na Companhia;
- apoiar as ações propostas para mitigação dos fatores de riscos que estejam com baixa adesão;
- assegurar que a gestão de riscos esteja integrada em todas as atividades da Companhia;
- assegurar que os recursos necessários sejam alocados para gerenciar riscos, com alocação de orçamento específico e garantia da autonomia funcional para o Comitê de Auditoria e para a Auditoria Interna;
- delegar autoridades e responsabilidades nos níveis apropriados dentro da Companhia para garantir a correta execução da Política de Gerenciamento de Riscos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- monitorar e reavaliar periodicamente os riscos estratégicos e de imagem;
- receber reportes periódicos da Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance, por meio da Diretoria Financeira e Diretoria Jurídica e de Compliance, respectivamente, sobre as atividades de Gerenciamento de Riscos; e
- reavaliar, junto ao Comitê de Auditoria, a adequação da estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

A partir de 26 de maio de 2021, a Companhia passou a possuir um Comitê de Auditoria, não-estatutário e de caráter permanente, que atua como órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia e tem como responsabilidades, mas não somente, nos termos de seu Regimento Interno:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- supervisionar as atividades da auditoria independente;
- avaliar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- acompanhar as atividades da Auditoria Interna e das áreas de controles internos (Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance) da Companhia;
- receber reportes da Área de Gestão de Riscos, por meio da Diretoria Financeira, sobre a estratégia de Gerenciamento de Riscos do Grupo, quando aplicável;
- supervisionar e apoiar as atividades da Comissão de Compliance;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;
- nos casos especificados no Código de Ética e Conduta, receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente;
- examinar as transações com partes relacionadas propostas pela Diretoria Jurídica e de Compliance, com base nas informações e documentos disponibilizados por tal Diretoria e tecer suas recomendações ao Conselho de Administração, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas. Sempre que necessário, a Área de Compliance auxiliará a Diretoria Jurídica e de Compliance a avaliar se eventuais transações envolvem partes relacionadas;
- indicar os membros da Comissão de Compliance da Companhia, dentre profissionais que não acumulem atividades operacionais na Companhia; e
- indicar os procedimentos e critérios que devam ser observados na instalação e gestão da Comissão de Compliance da Companhia pelo Comitê de Auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Diretoria Executiva

Caberá à Diretoria, como responsável pelas atividades da organização:

- implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos;
- assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- comunicar à Auditoria Interna tempestivamente sobre riscos não previstos, sejam eles novos ou não, e propor ao Conselho de Administração eventuais revisões da Política de Gerenciamento de Riscos;
- cumprir o plano de ação alinhado com a Área de Gestão de Riscos, Área de Compliance e Auditoria Interna e implantá-lo segundo a prioridade nele definida, respeitando os limites de riscos estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia;
- propor ao Conselho de Administração o apetite ao risco da Companhia; e
- executar suas atribuições considerando os limites de riscos e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

Por sua vez, compete especificamente à Diretoria Jurídica e de Compliance:

- estabelecer as diretrizes de atuação para gerir as demandas da área jurídica e de compliance dentro dos padrões éticos requeridos e em cumprimento à legislação aplicável (incluindo a Lei das Sociedades por Ações), o Estatuto Social, o Regulamento do Novo Mercado (a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3), os princípios, diretrizes e políticas internas da Companhia em vigor na presente data ou conforme venham a ser estabelecidos de tempos em tempos pela Companhia;
- garantir a implementação de práticas e procedimentos para toda a Companhia que se relacionem à área jurídica e de compliance e às boas práticas de governança corporativa, alinhando-as aos melhores e mais robustos padrões mercado vigentes e futuros;
- conhecer, aplicar, promover e sugerir normas e condutas voltadas para saúde, segurança no trabalho e preservação ambiental, buscando contribuir para a eliminação de situações que possam representar riscos de acidentes no trabalho e degradação do meio ambiente, no que lhe seja aplicável;
- participar das reuniões do Conselho de Administração, quando solicitado; e
- exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Estatuto Social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, como terceira linha de defesa, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança adotados pela Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ou quando julgar necessário ao Comitê de Auditoria. As atribuições da área de Auditoria Interna e a suficiência da sua estrutura e orçamento ao desempenho de suas funções devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e consistem em:

- monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e
- consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração. Fica também aprovado que a área de auditoria interna terá orçamento que, a critério do Conselho de Administração, for considerado suficiente ao desempenho de suas funções.

Área de Gestão de Riscos

A Companhia manterá uma Área de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa sendo responsável pelas funções de controles internos e riscos corporativos, cujos colaboradores não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. A Área de Gestão de Riscos, por meio da Gerência de Gestão de Riscos que se reporta à Diretoria Financeira da Companhia que, por sua vez, em relação às funções de controles internos e riscos corporativos, se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, possui as seguintes atribuições:

- analisar e avaliar os fluxos internos dos processos da Companhia, de acordo com a metodologia adotada, identificando necessidades e oportunidades de melhoria nos processos com objetivo de mitigar riscos de erro nas Demonstrações Financeiras;
- desenvolver, em conjunto com as áreas, os planos de ação para cada "GAP" identificado no processo de mapeamento dos fluxos internos dos processos da Companhia, com base na metodologia COSO;
- manter a Administração atualizada quanto às deficiências de controle, Governança e Gerenciamento de riscos, bem como do status de implantação dos planos de ação, através da elaboração de relatórios mensais, ou por trabalho executado;
- assegurar segregação de funções entre as atividades e cargos através do mapeamento de perfil de acesso, evitando conflitos de interesse;
- eliminar as deficiências de controle e avaliar a implantação das recomendações de melhoria identificadas pela auditoria externa e consultorias;
- apoiar a auditoria interna na implantação de suas recomendações de melhoria identificadas;
- suportar, quando demandado, a auditoria interna no processo de análise, identificação e implantação de procedimentos relacionados aos fluxos e processos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- contribuir para o cumprimento das orientações e procedimentos determinados pelo Comitê de Auditoria através do desenho, mapeamento do fluxo e descrição de processos;
- analisar e acompanhar o cumprimento dos fluxos e procedimentos que geram impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras, através da identificação e mapeamento das contas contábeis relevantes e suas movimentações/alterações;
- suportar a Administração e o Comitê de Auditoria no desenvolvimento, implantação e gerenciamento de novos projetos; e
- manter a Governança em Tecnologia da Informação alinhada às práticas do COBIT assim como às premissas da gestão de riscos corporativos.

Área de Compliance, Grupo de Compliance e Comissão de Compliance

A Companhia ainda possui a Área de Compliance, o Grupo de Compliance e a Comissão de Compliance para o exercício das funções de compliance, que tem como principais atribuições, mas não somente:

Área de Compliance: A Área de Compliance atua como segunda linha de defesa da Companhia, sendo responsável pela função de compliance. A Área de Compliance, por meio da Gerência de Compliance, se reporta diretamente à Diretoria Jurídica e de Compliance. É constituída por profissionais especializados, que não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. Em relação às funções de compliance, a Área de Compliance atua de forma a sugerir e desenvolver os mecanismos necessários para a evolução e maturidade do programa de integridade, executando as diretrizes definidas pelo Grupo de Compliance, coordenando as reuniões do Grupo de Compliance, além de desempenhar outras atividades relacionadas ao programa de compliance, incluindo, a apresentação de propostas para edição, revisão e interpretação do Código de Ética e Conduta e suas políticas, a apuração de suspeitas de desvios, a realização e análise de background checks, produção e divulgação de relatórios e coordenação do programa anual de treinamento e comunicação de compliance.

Grupo de Compliance: O Grupo de Compliance é um grupo de apoio à Área de Compliance, que se reporta à Comissão de Compliance. O Grupo de Compliance é formado pelos diretores das áreas Jurídica e de Compliance, Médica, Recursos Humanos e Finanças, contando com a participação de representantes das demais Diretorias, quando necessário. Seus membros não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. Em relação às atribuições de compliance, é responsável por promover a ampla divulgação interna (aos funcionários) e externa (aos clientes, fornecedores, parceiros e terceiros interessados) dos Canais de Compliance; por determinar as sanções e planos de remediação a serem adotados nos casos de violação do Código de Ética e Conduta; por propor alterações ao Código de Ética e Conduta e suas políticas para a aprovação do Conselho de Administração, dentre outras funções determinadas pela Comissão de Compliance ou Comitê de Auditoria.

Comissão de Compliance: é uma comissão, de caráter consultivo e permanente, formada por membros indicados pelo Comitê de Auditoria e que se reporta a este órgão. Seus membros não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. O objetivo dessa comissão é zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e Políticas de Compliance da Oncoclínicas e apoiar o desenvolvimento do programa de compliance da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos estão adequados e encontram-se em processo de melhoria contínua. A Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos. Além disso, a Companhia contrata terceiros para o desempenho das atividades da Auditoria Interna (desde maio de 2021). A empresa contratada para exercer a Auditoria Interna da Companhia possui estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria, nos termos do artigo 23, III do Regulamento do Novo Mercado. Tal avaliação é conduzida em periodicidade anual.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

O gerenciamento de riscos de mercados e todos os demais riscos aos quais a Companhia está exposta estão devidamente contemplados na sua Política de Gerenciamento de Riscos, a qual está descrita no item 5.1(a) deste Formulário de Referência.

Não obstante, assim como o faz em sua abordagem a riscos em geral, também com relação a riscos de mercado a Companhia adota procedimentos internos e de atribuição de funções e de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com a finalidade de controlar, monitorar e mitigar riscos de mercado, de acordo com os objetivos e orientação geral fixados pela administração.

Nota-se ainda que os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são constantemente monitorados e tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos por cada área responsável, sob a orientação e supervisão da administração.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia e suas controladas buscam proteção são aqueles decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por flutuações em taxas de juros, oscilações cambiais, inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros ou mesmo pela falta de liquidez para cumprimento de obrigações associadas a seus passivos financeiros.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, tendo em vista que a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia não prevê quaisquer estratégias de proteção patrimonial (*hedge*). Para mais informações sobre as práticas da Companhia com relação a gerenciamento de riscos de mercado, vide o item 5.6 deste Formulário de Referência.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, tendo em vista que a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia não prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) para proteção patrimonial em operações financeiras pactuadas em moeda estrangeira. Para mais informações sobre as práticas da Companhia com relação a gerenciamento de riscos de mercado, vide o item 5.6 deste Formulário de Referência.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia não estipula parâmetros para o gerenciamento de riscos de mercado. Para mais informações sobre as práticas da Companhia com relação a gerenciamento de riscos de mercado, vide o item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Visando à manutenção da rentabilidade e da liquidez, a Companhia realiza (i) análise de sensibilidade da taxa de juros; (ii) indicadores de inadimplência, (iii) indicadores de alavancagem; e (iv) indicadores de liquidez, monitora as projeções de mercado futuro dos índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxas de juros por meio do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e de reuniões periódicas com os economistas chefes das principais instituições financeiras brasileiras.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) exclusivamente com a finalidade de proteção patrimonial.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui departamentos responsáveis, representados pela 2ª linha de defesa, por monitorar, administrar e mitigar todos os riscos relacionados à sua respectiva área de competência e atuação. Nesta categoria estão a Área de Gestão de Riscos (criada em junho de 2021), a Área de Compliance (criada em outubro de 2016) e o Grupo de Compliance (criado em janeiro de 2017), com o apoio do Comitê de Auditoria e do Comitê de Compliance (criado em fevereiro de 2017). O controle e o monitoramento das áreas/dos órgãos mencionados são diretamente orientados e supervisionados pela administração da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme destacado acima e de acordo com as informações complementares sobre gerenciamento de riscos de mercado apresentadas no item 5.6 deste Formulário de Referência, a administração da Companhia entende que as práticas adotadas na condução das atividades da Companhia estão adequadas aos controles internos estabelecidos. Nada obstante, a administração reafirma que, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos, à medida que julgados necessários, serão realizados por seus proprietários (1ª linha de defesa), pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna. Para mais informações, vide o item 5.1(c) deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer segurança e confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa controles internos que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos buscam aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Adicionalmente, a Companhia conta com diversas áreas responsáveis por elaborar e disseminar as políticas e procedimentos internos da Companhia, no que tange o gerenciamento de riscos, incluindo a elaboração das informações financeiras, e que visam estabelecer as diretrizes esperadas para o processo adequado de gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia e que devem ser aplicadas por todos os seus colaboradores. São exemplos de políticas internas estabelecidas pela Companhia:

- Política de gerenciamento de riscos;
- Código de Ética e Conduta;
- Política de transações com partes relacionadas;
- Política de Gestão de Conflitos de Interesses;
- Política concorrencial; e
- Política de relacionamento com agentes públicos, FCPA, combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Ainda relativo às práticas adotadas pela Companhia, compete ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliar as informações contábeis trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, discutir as políticas contábeis críticas que suportam o processo de elaboração das demonstrações financeiras, avaliar periodicamente a adequação dos controles internos e demais relatórios contendo informações financeiras e não financeiras relevantes da Companhia. Complementarmente, a partir da sua constituição, o Comitê de Auditoria tem a função de se reunir periodicamente com os auditores independentes para discutir o plano de trabalho da auditoria independente, principais assuntos de auditoria identificados, o resultado dos trabalhos realizados e eventuais assuntos que possam impactar a qualidade das demonstrações financeiras e ambiente de controles internos da Companhia.

Ademais, a Área de Gestão de Riscos da Companhia vem adaptando os processos e controles utilizando como base teórica a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), como balizador das melhorias a serem implantadas para aumentar a aderências às melhores práticas do mercado, sendo o órgão responsável por assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As principais práticas de controles internos da Companhia são:

- a) Plano de Gestão de Controles Internos: Baseado neste plano anualmente é definido o escopo de validação dos controles para nortear a Área de Gestão de Riscos na validação dos controles das áreas de negócio e acompanhamento dos inventários *in loco*.
- b) Comitê de Contas e Remessas em Aberto: Existente nas unidades de quimioterapia e radioterapia onde os assuntos são discutidos na reunião quinzenal da Área de Gestão de Riscos e com todos os gestores das unidades.
- c) Comitê de Gestão de Estoque: Assunto que também é abordado na reunião da Área de Gestão de Riscos com a participação da coordenação de Compras Mat/Med e os gestores das unidades.
- d) Área de Gestão de Riscos: Composto pelo Gerente de *Compliance*, Controller, Gerente Geral CSO, Gerente de Planejamento de Operações e o setor de Controles Internos. Neste comitê são discutidas as deficiências de controle disponibilizadas no Relatório Circunstancial de Controles Internos (RCCI), follow-up de melhorias relacionadas aos processos validados, discussão dos pontos de melhoria identificadas no Relatório de Análise de Aderência das Políticas da Companhia (RAAP) e alinhamento do calendário de validação dos controles internos programados.

A Companhia dispõe ainda de canais de denúncias para reporte de condutas consideradas antiéticas ou que violem a legislação e políticas internas vigente, incluindo aquelas utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras. O canal é disponível a todos os funcionários e terceiros, garantindo comunicações confidenciais e seguras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as Áreas de Gestão de Riscos (criada em junho de 2021) e de *Compliance* (criada em outubro de 2016), o Grupo de Compliance (criado em janeiro de 2017), a Comissão de Compliance (criada em fevereiro de 2017) e a Área de Controladoria (criada em maio de 2014), que possuem as principais atribuições na gestão dos riscos. Existe o monitoramento da vigência das políticas e validação da aderência e cumprimento, mapeamento dos controles *versus* riscos operacionais, revisão dos perfis de acesso em conjunto com a equipe de TI, acompanhamento e obtenção das respostas das deficiências de controles identificados e execução do calendário de validação dos controles internos. As funções de tais áreas no gerenciamento de riscos estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Por sua vez, a área de Controladoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do planejamento estratégico, otimização dos processos operacionais, análise da performance econômico-financeira, controle de custos, apoio na gestão de riscos, preparação, complementação e acompanhamento do processo orçamentário, acompanhamento e reporte dos resultados para a administração da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles são monitorados pelo Comitê de Auditoria, pela Área de Gestão de Riscos e Área de Compliance. A Área de Gestão de Riscos se reporta à Diretoria Financeira, enquanto a Área de Compliance se reporta à Diretoria Jurídica e de Compliance. Tais diretorias reportam-se diretamente ao Conselho de Administração quanto a essas funções, sendo que a Diretoria Financeira pode se reportar também ao Comitê de Auditoria, quando aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Vale salientar ainda que a Área de Gestão de Riscos, em conjunto com a Auditoria Interna (contratada em maio de 2021), tem como atribuição analisar, identificar e implantar procedimentos relacionados aos fluxos e processos, gerenciamento de novos projetos e mapeamento do fluxo e descrição de processos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes realizou o exame das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foi apontada a seguinte deficiência significativa:

Processo de mapeamento das transações relevantes do período e revisão das demonstrações financeiras.

Durante os procedimentos de auditoria, o auditor independente observou que a Administração da Companhia não considerou na determinação do valor justo das contraprestações transferidas, determinadas obrigações assumidas pela Companhia, que se comprometeu a adquirir a parcela de participação remanescente em data futura, conforme estabelecido em acordo de acionistas firmado junto aos acionistas não controladores.

Adicionalmente, foi observado que a Companhia reapresentou as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação.

Nesse sentido, em seu relatório, o auditor independente recomendou que o processo de encerramento e revisão das demonstrações financeiras por parte da Administração incluía, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Aplicação de procedimentos de revisão analítica sobre os saldos das demonstrações financeiras com o intuito de identificar variações relevantes e não usuais.
- Revisão da natureza das transações que afetam o fluxo de caixa, de modo a possibilitar o correto tratamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.
- Formalização das revisões por membros da alta Administração das demonstrações financeiras;

Adicionalmente, foi recomendado que a Companhia implemente um fluxo integrado entre os departamentos responsáveis pelas operações de combinações de negócios e contabilidade, de forma a assegurar uma revisão técnica dos instrumentos contratuais pactuados nas aquisições e adequada elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas****Processo de mapeamento das transações relevantes do período e revisão das demonstrações financeiras.**

Eventuais inconsistências identificadas no processo de encerramento das demonstrações financeiras foram pontuais e resolvidos com discussões internas, envolvendo consultores externos e os auditores independentes em função da complexidade dos temas. Desta forma os temas foram endereçados e não foram necessários ajustes pós encerramento das Demonstrações Financeiras.

A Companhia possui um fluxo interno para preparação das demonstrações financeiras. Será realizada revisão das etapas de encerramento das demonstrações financeiras que administração entende necessitam de melhorias, e estas melhorias identificadas serão implementadas.

A Companhia já possui as seguintes ações implementadas: a) Criação de um cronograma com as etapas do processo de encerramento das demonstrações financeiras; b) Revisão analítica dos saldos patrimoniais e financeiros c) Formalização das revisões por membros da alta Administração das demonstrações financeiras.

Adicionalmente a Cia irá implementar processo de revisão do processo de combinação de negócios das empresas adquiridas de modo que sejam cobertos todos os fatores de riscos no processo durante e depois da incorporação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui um Programa de *Compliance* (ou Programa de Integridade) que estabelece diretrizes e orienta os colaboradores sobre as condutas esperadas no desempenho de suas funções. Os pilares desse programa são a estrita observância das leis e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia e a adoção dos mais elevados padrões de ética empresarial.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que foram elaborados após análise dos riscos a que a Companhia está sujeita. As regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de *Compliance* são os descritos abaixo:

1. Código de Ética e Conduta: A Companhia possui, desde 2016, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores e terceiros da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código vem sendo continuamente aprimorado e sua última versão é de 7 de julho de 2021. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas diretrizes: de conduta e relacionamento pessoal; de contatos externos, imprensa e mídias sociais; de uso e proteção de bens e valores; de saúde e segurança no trabalho; de meio ambiente; de tratamento e confidencialidade de informações; de questões éticas em pesquisas científicas, treinamento e desenvolvimento; de conflitos de interesse; de brindes e presentes, entretenimento, convites para eventos e networking; de terceiros; de acionistas, sócios e mercado de capitais; de uso de sistemas de TI; de concorrência; de relacionamento com agentes públicos; de combate à corrupção e lavagem de dinheiro; de medidas disciplinares e de canais de compliance; e do dever de relatar suspeitas de violação. Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de Ética e Conduta está disponível no website da Companhia para consulta, a qualquer momento, por todos os interessados.
2. Política Concorrencial: Esta política tem o objetivo de orientar a conduta dos colaboradores e prestadores de serviço com relação à proteção e defesa da livre concorrência e garantir que haja condições justas para que concorrentes possam desenvolver suas atividades, garantindo que os consumidores tenham acesso a bens e serviços de qualidade, com preços competitivos. Nela, são abordadas as diretrizes de livre concorrência; de relacionamento com concorrentes; de relacionamento com clientes e fornecedores; e de controle de atos de concentração.
3. Política de Relacionamento com Agentes Públicos, FCPA, Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro: Juntamente com o Código de Ética e Conduta, esta política orienta os colaboradores a recusar a praticar quaisquer atos quando houver suspeita quanto a sua legitimidade e legalidade. As suspeitas devem ser comunicadas ao Grupo de *Compliance* por meio dos canais de *compliance*.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

4. Política de Combate ao Assédio Sexual: Estabelece regras sobre a prevenção e o combate ao assédio sexual na Companhia. Esta política, aplica-se a todos os colaboradores, e contém regras e diretrizes sobre os diferentes tipos de assédio sexual, as práticas terminantemente proibidas na Companhia, além das responsabilidades de cada colaborador no combate ao assédio sexual.

5. Política de Combate ao Assédio Moral: Estabelece regras sobre a prevenção e o combate ao assédio moral na Companhia. Esta política, aplica-se a todos os colaboradores, e contém regras e diretrizes sobre a caracterização do assédio moral, exemplos e tipos de práticas que são consideradas assédio moral, além das responsabilidades de cada colaborador no combate ao assédio moral.

6. Política de Gestão de Conflitos de Interesses: Baseada no princípio que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou agir contra os interesses da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pela Auditoria Interna (contratada em maio de 2021) e pela Área de Gestão de Riscos (criada em junho de 2021) e Área de Compliance (criada em outubro de 2016). Também há avaliação pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes. Eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas no Relatório Circunstancial de Controles Internos ou no Relatórios de Auditoria e são reportadas aos donos dos processos, à Área de Gestão de Riscos, à Área de Compliance e à Administração, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

Ademais, colaboradores, líderes e Área de Compliance têm papel fundamental para mitigação dos riscos de integridade, sendo sua atribuição:

Colaboradores:

- Harmonizar seu comportamento com o Código de Ética e Conduta e políticas a ele relacionadas;
- Garantir que os parceiros de negócios cuja gestão esteja sob sua responsabilidade conheçam os valores expressos no Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas, e que conduzam suas atividades em consonância com esses valores;
- Relatar quaisquer suspeitas de violação por meio dos Canais de Compliance, colaborando para a melhoria contínua da Oncoclínicas.
- Participar dos treinamentos obrigatórios de Compliance. Os novos Colaboradores deverão realizar o treinamento dentro de até 30 dias a contar do seu ingresso na companhia e, ao menos uma vez ao ano, todos os Colaboradores deverão participar de sessões de reforço. O atraso e/ou a negativa de participar dos treinamentos sujeita os Colaboradores a aplicação de medidas disciplinares.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Líderes:

- Reforçar por meio da comunicação os valores expressos neste Código de Ética e Conduta e políticas relacionadas;
- Garantir que suas equipes cumpram as diretrizes aqui estabelecidas e demais normas internas da Oncoclínicas;
- Garantir que suas equipes participem dos treinamentos obrigatórios sobre o Código de Ética e Conduta e suas políticas.

Área de Compliance:

- A Área de Compliance atua como segunda linha de defesa da Companhia, sendo responsável pela função de compliance. A Área de Compliance, por meio da Gerência de Compliance, se reporta diretamente à Diretoria Jurídica e de Compliance. É constituída por profissionais especializados, que não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. Em relação às funções de compliance, a Área de Compliance atua de forma a sugerir e desenvolver os mecanismos necessários para a evolução e maturidade do programa de integridade, executando as diretrizes definidas pelo Grupo de Compliance e coordenando as reuniões do Grupo de Compliance, além de desempenhar outras atividades relacionadas ao programa de compliance, incluindo, a apresentação de propostas para edição, revisão e interpretação do Código de Ética e Conduta e suas políticas, a apuração de suspeitas de desvios, a realização e análise de background checks, produção e divulgação de relatórios e coordenação do programa anual de treinamento e comunicação de compliance.

Grupo de Compliance:

- O Grupo de Compliance é um grupo de apoio à Área de Compliance, que se reporta à Comissão de Compliance. O Grupo de Compliance é formado pelos diretores das áreas Jurídica e de Compliance, Médica, Recursos Humanos e Finanças, contando com a participação de representantes das demais Diretorias, quando necessário. Seus membros não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. Em relação às atribuições de compliance, o Grupo de Compliance é responsável por promover a ampla divulgação interna (aos funcionários) e externa (aos clientes, fornecedores, parceiros e terceiros interessados) dos Canais de Compliance; por determinar as sanções e planos de remediação a serem adotados nos casos de violação do Código de Ética e Conduta, por propor alterações ao Código de Ética e Conduta e suas políticas para a aprovação do Conselho de Administração, dentre outras funções determinadas pela Comissão de Compliance ou Comitê de Auditoria.

Comissão de Compliance:

- É uma comissão de caráter consultivo e permanente, formada por membros indicados pelo Comitê de Auditoria e que se reporta a este órgão. Seus membros não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia. O objetivo dessa comissão é zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e Políticas de Compliance da Companhia e apoiar o desenvolvimento do programa de compliance da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

A Companhia possui o Código de Ética e Conduta formalizado e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2021. Este se aplica para Conselheiros, Diretores, colaboradores e terceiros (prestadores de serviço, agentes intermediários, e associados).

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

Todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração e comitês são treinados sobre o Código de Ética e Conduta ao ingressar na Companhia, além de receberem treinamento de atualização com periodicidade mínima anual conforme estabelecida na versão atualizada do Código de Ética e Conduta. Todos os temas são abordados de forma a orientá-los sobre as diretrizes do Código. Ao final do treinamento, todos assinam um termo de ciência e compromisso, reconhecendo e confirmando o seu conhecimento e concordância com os termos do Código e demais políticas de *compliance*.

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

Violações ao Código de Ética e Conduta e suas políticas sujeitam os infratores a sanções previstas no Código de Ética e Conduta, sem prejuízo das medidas judiciais eventualmente cabíveis. As medidas a serem adotadas incluem advertência oral e/ou por escrito, suspensão, rescisão do contrato de trabalho, suspensão ou encerramento do contrato com o terceiro e serão definidas individualmente mesmo que diversas pessoas tenham incorrido no desvio de conduta, considerando os elementos atenuantes e agravantes aplicáveis a cada indivíduo. As sanções serão também definidas considerando-se o tipo de vínculo do indivíduo com a Companhia.

Todas as sanções serão aplicadas sem prejuízo de eventuais ações judiciais para ressarcimento, persecução penal ou defesa de quaisquer outros interesses legítimos da Companhia.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui Código de Ética e Conduta devidamente aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de julho de 2021, a sua quarta versão. O Código encontra-se disponível em <https://www.grupooncoclinicas.com/o-grupo/programa-de-compliance/>.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um Canal de Denúncias, que é divulgado, inclusive, no Código de Ética e Conduta, aberto para registros de situações de condutas consideradas antiéticas ou de descumprimento ao Código de Conduta e Ética, políticas e regulamentos internos, bem como a legislação vigente.

Site: <https://www.canaldeintegridade.com.br/oncoclinicas/>

Telefone: 0800-591-8829

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

E-mail: oncoclinicas@canaldeintegridade.com.br

- Se o canal de denúncia é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncia estabelecido pela Companhia é terceirizado com a empresa ICTS/ Protiviti.

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias é aberto para clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros, e a empresa busca incentivar o reporte em casos de violações dos princípios, políticas e códigos da empresa de maneira tempestiva.

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Toda denúncia poderá ser feita via site, via telefone ou via e-mail disponibilizados pela empresa terceirizada. A denúncia será recebida pela equipe da ICTS/ Protiviti, que irá analisar a denúncia e, caso pertinente, será enviado relato ao responsável, conforme matriz de responsabilidade definida para cada tipo de relato. O denunciante terá a opção de se identificar ou não e, mesmo que opte pela identificação, terá a opção de ter sua identidade revelada ou não à Companhia. Caso negativo, todo o anonimato será garantido pela ICTS/ Protiviti e em nenhum momento o nome do relator será revelado, conforme disposição contratual firmada entre a Companhia e a terceirizada.

Conforme disposto no Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer retaliação efetuada contra quem, em boa-fé, tenha denunciado uma possível violação ao Código de Ética e Conduta, orientado alguém a fazê-lo ou colaborado com uma investigação. Qualquer forma de retaliação contra um denunciante de boa-fé estará sujeita às medidas disciplinares previstas no Código de Ética e Conduta.

- Órgão emissor responsável pela apuração de denúncias

A apuração das denúncias fica a cargo da Área de Compliance, que poderá contar com o auxílio de outras áreas da Companhia, como o Grupo de Compliance, Auditoria Interna, Jurídico, Recursos Humanos, dentre outras e/ou de assessores externos conforme aplicável ou recomendar a contratação de investigação independente. Ao final da apuração, a Área de Compliance elabora um relatório com o resumo dos fatos apurados, que será encaminhado para o Grupo de Compliance. O Grupo de Compliance é responsável por deliberar sobre a procedência do relato e, conforme o caso, sobre a aplicação de medidas disciplinares.

Havendo indícios de envolvimento de qualquer membro da Área de Compliance ou do Grupo de Compliance ou de integrantes de sua cadeia de reporte, em fatos objeto de denúncias, a apuração será realizada diretamente pelo Comitê de Auditoria, sem o envolvimento da Área de Compliance ou dos indivíduos envolvidos. Em tais casos, também caberá ao Comitê de Auditoria a decisão a respeito da aplicação de medida disciplinar.

Havendo indícios de que algum membro do Comitê de Auditoria ou da alta administração da Companhia (como CEO ou Diretoria) está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado diretamente ao Conselho de Administração para apuração. Em tais casos, também caberá ao Conselho de Administração a decisão a respeito da aplicação de medida disciplinar.

Havendo indícios de que algum membro do Conselho de Administração está envolvido no fato denunciado, o registro será encaminhado ao próprio Conselho, a quem caberá apreciá-lo de forma imparcial e autônoma e determinar eventuais medidas para assegurar a higidez de sua apuração (como a contratação de assessores externos especializados), excluindo de qualquer ato ou deliberação o membro alegadamente envolvido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em nenhuma hipótese o colaborador infrator participará de deliberações acerca da imposição de medidas disciplinares a si próprio.

O Comitê de Auditoria será informado periodicamente das atividades de apuração de irregularidades desenvolvidas pela Área de Compliance e pelo Grupo de Compliance.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza processos de *due diligence* e *background checks* detalhados das sociedades-alvo, e seus sócios, e usualmente conta com a assessoria de escritórios, de forma a mitigar os riscos relacionados à eventuais práticas irregulares nas empresas alvo.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que a Companhia adota programa de integridade conforme descrito nesta seção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras informações relevantes**Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

No intuito de mitigar o risco de invasões e ataques cibernéticos, desde 2018, a Companhia executa *pentests* (testes de invasão) e análise de vulnerabilidades por meio de empresas terceirizadas (FreeBSD e BRZTEC), para identificar e corrigir as fragilidades no ambiente.

- BZTEC:
 - 3 *pentests* WEB por ano em sistemas críticos (e.g., assistenciais e financeiro); e
 - 2 análises de vulnerabilidade por ano (externa e interna).
- FreeBSD:
 - Saldo anual de 70h de consultoria de segurança, *pentests*, análises de vulnerabilidade e outros serviços de segurança da informação.

Adicionalmente, a Companhia realiza um *risk assessment* com empresa terceirizada (T-Systems) para a identificação e priorização de riscos de segurança. O projeto, iniciado em março de 2021 com previsão de término em setembro 2021, tem por escopo a análise de vulnerabilidade, a avaliação de processos com base na ISO27001, a aplicação de *pentest* WEB (TASY, Telemedicina e *site* corporativo) e *pentest* externo na infraestrutura.

Desde 2017, a Companhia também realiza de forma recorrente campanhas de segurança com o envio de *phishing*, para monitorar e tratar os acessos indevidos dos colaboradores. São realizadas duas campanhas de *phishing* por ano, sendo que em 2021 a primeira foi feita em março e a última será feita em outubro.

Relatório circunstanciado adicional

Adicionalmente ao relatório circunstanciado indicado no item 5.3(d) deste Formulário de Referência, em 8 de julho de 2021, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes emitiu um novo relatório circunstanciado com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, de modo que ambos os relatórios atualmente coexistem e se complementam. O relatório circunstanciado adicional não reporta quaisquer deficiências significativas, as quais estão concentradas exclusivamente no primeiro relatório circunstanciado, conforme descritas no item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

Gerenciamento de riscos de mercado

- Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Buscando reduzir os custos de suas captações de recursos, a Companhia contrata empréstimos em moeda estrangeira. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de câmbio, simultaneamente a essas operações, foram contratadas, obrigatoriamente, operações de instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) com condições idênticas de valor, prazo e taxa, trocando a exposição à variação cambial pela variação do CDI de modo mitigar o risco financeiro decorrente de eventuais oscilações em taxa e moeda estrangeira. As operações de *swap* contratadas possuem caráter exclusivamente de proteção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

- Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) para proteção patrimonial em operações financeiras pactuadas em moeda estrangeira.

- Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Visando à manutenção da rentabilidade e da liquidez, a Companhia realiza (i) análise de sensibilidade da taxa de juros; (ii) indicadores de inadimplência, (iii) indicadores de alavancagem; e (iv) indicadores de liquidez, monitora as projeções de mercado futuro dos índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxas de juros por meio do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e de reuniões periódicas com os economistas chefes das principais instituições financeiras brasileiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e registradas na CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Conforme descrito neste item 10.1 e nos itens 3.2 e 7.1 deste Formulário de Referência, para o EBITDA gerado pelas operações recém-inauguradas referentes a subsidiária Hospital Marcos Moraes, a Companhia considerou operações recém-inauguradas com período igual ou inferior a 24 meses. Para o EBITDA gerado pela operação recém-inaugurada referente à operação da Onco Bio (cancer centers), a Companhia considerou operações recém-inauguradas com período igual ou inferior a 36 meses, por envolver uma complexidade maior em sua implementação, demandando um maior período para homologação e plena entrada em operação do conjunto de serviços oferecidos. A Companhia entende que as operações recém-inauguradas possuem despesas iniciais incorridas para o desenvolvimento de uma nova unidade e em fase de implementação e, portanto, ainda não fazem parte das atividades operacionais contínuas da Companhia.

Conforme descrito neste item 10.1 e nos itens 4.1, 7.1 e 10.9 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 poderá afetar de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa. Para informações a respeito dos efeitos da pandemia de coronavírus (COVID-19) nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, bem como as medidas tomadas pela Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras Informações Financeiras

Os diretores da Companhia acreditam que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e no item 3.2 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre o desempenho operacional e resultados financeiros da Companhia.

EBITDA, Margem do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem do EBITDA Ajustado, Dívida Bruta, Dívida Líquida e outras medidas baseadas ou derivadas de tais medidas não contábeis não são medidas elaboradas ou reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com denominação similar elaboradas por outras empresas. Apesar de serem utilizadas pela Companhia para avaliar sua situação financeira, resultados operacionais e liquidez, tais medidas não contábeis apresentam limitações, e não devem ser utilizadas de forma isolada ou em substituição às medidas contábeis da Companhia.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para a implementação de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
(+) Empréstimos (Circulante e Não Circulante) e Instrumentos financeiros derivativos	1.161.055	1.399.156	706.691
(+) Debêntures	999.646	0	0
Dívida Bruta	2.160.701	1.399.156	706.691
(-) Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras (Circulante e Não Circulante)	(2.050.637)	(819.892)	(457.687)
Dívida Líquida	110.064	579.264	249.004
Patrimônio Líquido	2.304.693	681.169	656.371
Índice de Dívida Líquida	0,05	0,85	0,38
Passivo Circulante (A)	1.190.722	1.021.299	916.053
Passivo Não Circulante (B)	2.536.745	1.690.996	537.851
Patrimônio Líquido (C)	2.304.693	681.169	656.371
Índice de Endividamento Total (A+B) / C	1,62	3,98	2,22

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento total foi de 1,62 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 2.050.637 mil e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 107.524 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,62. Esses indicadores sofreram alterações significativas em relação a posição de 31 de dezembro de 2020 principalmente por conta da entrada dos recursos da oferta pública no caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 3,98. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 819.892 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Líquido de 0,85. O aumento do índice de dívida líquida entre o período e 31 de dezembro de 2019 se deve ao crescimento da alavancagem da companhia para a realização de aquisições no valor de R\$ 240.637 mil e investimentos em parcerias no total de R\$ 362.422 mil em 2020. Para mais informações sobre aquisições, vide item 10.2, subitem (a), deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 2,22. A posição de caixa na data em questão totalizava R\$ 457.687 mil, com um índice de dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido de 0,38. O aumento do índice de dívida líquida entre o período e 31 de dezembro de 2018 se deve ao volume de aquisições no valor de R\$ 111.510 mil e investimentos em parcerias no total de R\$ 60.788 mil em 2019. Para mais informações sobre aquisições, vide item 10.2, subitem (a), deste Formulário de Referência

Para informações sobre os índices de liquidez da Companhia, vide item 10.1 (c) abaixo.

(b) Estrutura de capital

A Companhia acredita que a sua atual estrutura de capital é adequada para desenvolver suas atividades de acordo com seu plano de negócios e atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos, tendo apresentado uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

O cenário atual de taxas de juros historicamente baixas, combinando com a oferta de crédito e com o alto crescimento da companhia permitiram um aumento da participação da parcela de capital de terceiros no Capital Total nos anos de 2020 e 2019. Os diretores da Companhia entendem que os patamares atuais são condizentes com o praticado no mercado e com as nossas atividades, conforme a proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.727.467	2.712.295	1.453.904
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.304.943	681.169	656.371
Capital total (terceiros + próprio)	6.032.410	3.393.464	2.110.275
Parcela de capital de terceiros	62%	80%	69%
Parcela de capital próprio	38%	20%	31%

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 2.304.943 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 681.169 mil, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 681.169 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$ 656.371 mil, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$ 3.727.467 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$ 2.712.295 mil, não representando, portanto, variação significativa entre ambos os períodos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$ 2.712.295 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2019, o total de passivos circulantes e não circulantes, incluindo debêntures liquidadas no exercício de 2020, era de R\$ 1.453.904 mil, esta variação de R\$ 1.231.448 mil ou 84,7% é decorrente de crescimento da alavancagem da Companhia para a realização de aquisições e investimentos em parcerias.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia entende que apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo Circulante	2.871.229	1.427.353	983.448
Passivo Circulante	1.190.722	1.021.299	916.053
Índice de Liquidez Corrente	2,4	1,4	1,1
Ativo Total	6.032.410	3.393.464	2.110.275
(-) Imobilizado	477.916	403.293	315.112
(-) Intangível	2.238.409	1.198.233	619.369
Passivo Total	3.727.467	2.712.295	1.453.904
Índice de Liquidez Geral	0,9	0,7	0,8

Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram 0,9 e 2,4, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 eram 0,7 e 1,4, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2019 eram de 0,8 e 1,1, respectivamente.

A Companhia avalia que seus índices de liquidez representam adequadamente sua alta capacidade para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Adicionalmente, havendo necessidade, permitem que a Companhia acesse linhas de créditos adicionais junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) captação de recursos no âmbito da oferta pública de ações; (ii) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazo para aquisição de ativos.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos junto a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

instituições financeiras. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia:

- (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e
- (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio.

Na data deste Formulário de Referência, os diretores da Companhia entendem que as fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado continuarão sendo suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros.

Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia passou de R\$ 706.691 mil, em 31 de dezembro de 2019 para de R\$ 1.399.156 mil em 31 de dezembro de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o saldo foi para R\$ 2.160.701 mil.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia se valeu de (i) empréstimos locais junto a instituições de fomento e instituições financeiras privadas e (ii) emissão de valores mobiliários (debêntures, notas promissórias) no mercado local.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo são descritas as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia e de suas controladas em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Empresa	Modalidade	Encargos Financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/12/2021	
				Circulante	Não Circulante
				Em milhões de reais	
Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	CCB - Banco Santander	CDI+4,00% aa	10/06/2022	70,5	0,0
Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	FINEP	TJLP+0,50% aa	15/12/2031	0,1	40,0
Oncoclínica - Centro de Tratamento Oncológico S.A.	CCB - Banco do Brasil	CDI+2,95% aa	20/09/2025	10,0	348,4
Oncoclínica - Centro de Tratamento Oncológico S.A.	CCB - Banco BTG	CDI+3,10% aa	30/09/2024	50,2	197,5
Centro Paulista de Oncologia S.A.	4131 – Citibank	2,20% aa	17/09/2022	136,6	0,0
Centro Paulista de Oncologia S.A.	CCB - Banco Santander	CDI+3,50% aa	25/11/2024	27,7	104,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Centro Paulista de Oncologia S.A.	Debêntures – Banco Itaú	CDI+2,40% aa	10/12/2027	1,9	550,0
Radioterapia Oncoclínicas Recife Ltda	FNE – BNB	IPCA+1,51% aa	15/04/2030	4,2	23,1
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A.	RECIN – BNB	10,69% aa	15/08/2024	1,5	2,4
Núcleo de Oncologia da Bahia S.A.	FNE – BNB	IPCA+2,82% aa	15/08/2024	14,5	21,5
Hospital de Oncologia do Meier S.A.	CCB - Banco ABC	CDI+3,28% aa	14/09/2023	7,2	5,4
Hospital de Oncologia do Meier S.A.	CCB - Banco ABC	CDI+3,28% aa	28/10/2024	2,6	4,7
Hospital de Oncologia do Meier S.A.	CCB - Banco ABC	CDI+3,28% aa	09/02/2022	2,1	0,0
Hospital de Oncologia do Meier S.A.	CCB - Banco Itaú	CDI+3,04% aa	07/02/2022	0,1	0,0
Radioterapia Botafogo S.A.	4131 - Banco Santander	CDI+1,73% aa	05/08/2024	3,3	6,3
Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia Ltda	CCB - Banco do Brasil	IPCA+2,48% aa	01/05/2027	2,0	4,8
Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia Ltda	CCB – Sicoob	CDI+6,04% aa	25/05/2023	0,7	0,3
Centro Brasileiro de Radioterapia Oncologia e Mastologia Ltda	CCB - Santander	12,87%aa	17/10/2023	1,3	0,9
Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A	CCB - Banco Itaú	CDI+3,04% aa	07/02/2022	4,2	0,0
Radiocare Serviços Médicos Especializados Ltda.	Financiamento – Elekta	4,75% aa	29/09/2024	0,7	1,4
Radiocare Serviços Médicos Especializados Ltda.	Financiamento – Elekta	3,75% aa	30/06/2023	1,0	0,4
NOS Núcleo de Oncologia de Sergipe S.A.	FNE – BNB	IPCA+1,96% aa	15/11/2025	0,9	2,3
Centro de Quimioterapia Antitumoral e Imunoterapia S.A.	CCB – Sicoob	CDI + 3,20% aa	20/11/2023	0,5	0,5

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	FNE – Banco Bradesco	11,48% aa	26/03/2025	0,02	0,03
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	FNE – Banco Bradesco	11,48% aa	26/03/2025	0,01	0,02
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	FNE – Banco Bradesco	11,48% aa	26/03/2025	0,02	0,5
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Banco Santander	10,43% aa	28/08/2025	0,9	2,8
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Banco Santander	13,22% aa	19/05/2023	0,8	0,3
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Sicoob	CDI+3,71% aa	30/12/2022	1,7	0,0
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Sicoob	CDI+3,46% aa	02/07/2029	3,2	22,5
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+6,80% aa	20/03/2025	0,1	0,2
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+6,80% aa	20/03/2025	0,4	0,7
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+6,80% aa	20/04/2025	0,04	0,07
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+6,80% aa	20/04/2025	0,2	0,4
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+6,80% aa	01/05/2026	0,6	1,8
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	CCB – Unicred	CDI+7,44% aa	20/06/2026	0,5	1,6
UMC Imagem Ltda.	FNE – BDMG	7,00% aa	15/01/2024	0,3	0,2
UMC Imagem Ltda.	CCB – Unicred	CDI+6,17% aa	25/04/2022	0,1	0,0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

UMC Imagem Ltda.	CCB – Unicred	CDI+6,17% aa	20/12/2025	0,4	0,9
UMC Imagem Ltda.	CCB – Unicred	CDI+6,17% aa	30/07/2026	0,5	1,5
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	CDI+3,71% aa	30/11/2022	0,3	0,0
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	CDI+3,08% aa	30/07/2024	0,1	0,1
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	CDI+3,08% aa	30/08/2024	0,3	0,4
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	CDI+3,08% aa	28/02/2029	0,4	2,5
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	CDI+3,08% aa	30/04/2029	0,3	1,8
UMC Imagem Ltda.	CCB – Sicoob	INCC+6,17% aa	20/08/2025	0,3	0,9
Instituto do Coração do Triângulo Mineiro Ltda.	CCB – Banco Santander	13,35% aa	04/12/2025	0,6	2,4
Instituto do Coração do Triângulo Mineiro Ltda.	CCB - Banco Itaú	18,856% aa	07/02/2022	0,5	0,0
Multihemo Serviços Médicos S.A.	Debêntures – Banco do Brasil	CDI+2,35% aa	20/12/2028	0,6	447,1
Total				358,5	1.802,2

- Em 10 de dezembro de 2021 o CPO – Centro Paulista de Oncologia S.A efetuou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$550.000 e o vencimento final em 10 de dezembro de 2027. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições;
- Em 20 de dezembro de 2021 a Multihemo serviços medicos S.A efetuou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$450.000 e o vencimento final em 20 de dezembro de 2028. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- em 19 de março de 2021, foi celebrado contrato de empréstimo no valor de R\$135.480 mil junto ao Citibank, com vencimento final em 19 de setembro de 2022. A Companhia possui um contrato de "swap" vigente vinculado a esta operação com caráter exclusivo de proteção para o respectivo empréstimo contratado. Os recursos foram utilizados para amortização de financiamentos bancários cujas condições eram menos atrativas;
- em novembro de 2020, foram celebrados contratos de empréstimo junto aos bancos Itaú e Santander, nos valores de R\$200.000 mil e R\$130.000 mil, com vencimentos finais em 25 de novembro de 2025 e 25 de novembro de 2024, respectivamente. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para pagamentos de obrigações de aquisições;
- em setembro de 2020, foram celebrados contratos de empréstimo junto aos bancos ABC, BTG e Banco do Brasil, nos valores de R\$ 15.000 mil, R\$250.000 mil e R\$350.000 mil, com vencimentos finais em 14 de setembro de 2023, 30 de setembro de 2024 e 20 de setembro de 2025, respectivamente. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia, gestão do capital de giro e para pagamentos de obrigações de aquisições;
- em julho de 2020, foi celebrado contrato de empréstimo junto ao BNB no valor de R\$40.000 mil, com vencimento final em 15 de agosto de 2023. Os recursos foram utilizados para gestão do capital de giro e realização de obra em uma das clínicas da Companhia;
- em dezembro de 2019, foram assinados contratos de empréstimo e financiamento junto ao banco Santander e FINEP, nos valores de R\$175.000 mil e R\$93.462 mil, vencimentos finais em 10 de junho de 2022 e 15 de dezembro de 2031, respectivamente. Os recursos foram utilizados para gestão do capital de giro, compra de equipamentos médicos, pagamentos de obrigações de aquisições e execução de projetos de expansão.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais e não tem outras transações.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, no encerramento de seu exercício social, relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia está obrigada ao cumprimento do índice abaixo:

Índice	Limites
Dívida líquida / EBITDA ajustado	Menor que 4,00
EBITDA ajustado / Resultado financeiro líquido	Maior que 1,75

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a relação entre Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado da Companhia foi de 1,06, 1,85 e 1,10 respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a relação entre EBITDA ajustado / Resultado financeiro líquido da Companhia foi de 4,33, 4,07 e 5,45 respectivamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo os índices financeiros descritos acima.

Adicionalmente, a Companhia possui debentures, empréstimos e financiamentos que preveem hipóteses de vencimento antecipado e está sujeita a cláusulas restritivas (covenants não financeiros) em caso de:

- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto e após período de cura, referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade;
- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto ou após período de cura, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no contrato;
- requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência, não elidido através de depósito judicial ou contestação dentro do prazo legal;
- legítimo protesto de título contra a Companhia em valor superior ao permitido, por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não seja sustado/levantado dentro do prazo de cura;
- sentença condenatória transitada em julgado contra a Companhia em ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas (se houver) ou cumprimento das obrigações assumidas;
- propositura plano de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou qualquer devedor solidário ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtido judicial do referido plano;
- ingresso em juízo pela Companhia e/ou por seu devedor solidário com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente;
- mudança relevante no estado econômico-financeiro;
- alteração do estatuto social que modifique de forma relevante o objeto social ou se houver alteração do controle direto (conforme definição da Lei nº 6.404/76), exceto se previamente aprovado pelo credor;
- cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, exceto quando: (i) realizada dentro do mesmo grupo econômico e envolver exclusivamente sociedades controladas direta ou indiretamente; ou (ii) previamente aprovado pelo credor;
- procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias a qualquer obrigação anticorrupção prevista na legislação aplicável; e
- não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, após prazo de cura, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, que afete de forma significativa o regular

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no item (i) acima nos termos repactuados.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui um contrato de financiamento com a FINEP no valor total de R\$ 93.462 mil, do qual já foram desembolsados R\$ 40.026 mil. O saldo a desembolsar em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 53.436 mil.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados são oriundos das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida	2.702.066	100,00%	2.035.191	100,00%	32,77%
Custos dos serviços prestados	(1.833.275)	(67,85%)	(1.399.514)	(68,77%)	30,99%
Lucro bruto	868.791	32,15%	635.677	31,23%	36,67%
Despesas gerais e administrativas	(688.050)	(25,46%)	(603.609)	(29,66%)	13,99%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.526)	(0,13%)	(12.452)	(0,61%)	-71,68%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	177.215	6,56%	19.616	0,96%	803,42%
Receitas financeiras	66.659	2,47%	21.932	1,08%	203,93%
Despesas financeiras	(181.537)	(6,72%)	(94.803)	(4,66%)	91,49%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	62.337	2,31%	(53.255)	(2,62%)	-217,05%
Imposto de renda e contribuição social	(84.754)	(3,14%)	(68.087)	(3,35%)	24,48%
Lucro (prejuízo) do exercício	(22.417)	(0,83%)	(121.342)	(5,96%)	-82,53%

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.702.066 mil comparativamente a R\$ 2.035.191 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 666.875 mil, ou 32,77%. Esse crescimento é explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que incrementaram a receita líquida da Companhia em R\$ 269.012 mil. Para mais informações sobre as aquisições realizadas pela Companhia no período, veja item 10.2 deste Formulário de Referência; e
- (ii) aumento na quantidade de procedimentos e do ticket médio dos serviços de saúde prestados nas clínicas e cancer centers da Companhia que foi responsável por um aumento de R\$ 433.697 mil na receita líquida da Companhia. Tal aumento do ticket médio, por sua vez, foi resultado, principalmente, (a) de atendimentos de maior complexidade, (b) do reajuste anual de preços decorrente da renegociação dos contratos mantidos pela Companhia com suas fontes pagadoras, notadamente operadoras de planos privados de assistência à saúde, e (c) de outros serviços faturados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro bruto

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$ 433.761 mil, ou 30,99%, de R\$ 1.399.514 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.833.275 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é explicado pelos mesmos fatores que impactaram o aumento da receita líquida no período, conforme mencionado no item "Receita Líquida" além de uma maior condição comercial com os fornecedores de medicamentos o que levou a um crescimento no custo inferior ao que houve de crescimento de receita representando uma expansão na margem bruta.

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia aumentou 36,67%, ou R\$ 233.114 mil no período. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 31,23%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para 32,15%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 inclui o resultado de R\$ 101 mil referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes e Oncobio, consideradas operações recém-inauguradas, comparativamente ao resultado de R\$ -3.498 mil no mesmo período de 2020.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com todas as equipes e os escritórios da Companhia, as quais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram de R\$ 688.050 mil comparativamente a R\$ 603.609 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$ 84.441 mil ou 13,99%. Essa variação é atribuída principalmente aos seguintes fatores:

- (i) aumento das provisões de obrigações sociais da Companhia, no valor de R\$69.163 mil, referente ao programa de incentivo de longo prazo; e
- (ii) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que incrementaram as despesas da Companhia em R\$ 15.278 mil.

O saldo de despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 inclui:

- (i) R\$ 41.624 mil referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes e Oncobio, operações recém-inauguradas, comparativamente a R\$ 24.471 mil no mesmo período de 2020. Adicionalmente, o saldo de despesas gerais e administrativas para empresas recém adquiridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ainda contempla Cebrom, UMC e Hospital Vila da Serra no montante de R\$ 43.881mil;
- (ii) gastos extraordinários para enfrentar a pandemia de COVID-19, no valor de R\$ 11.338 mil, com a compra de materiais e medicamentos para detecção e tratamento de pacientes com COVID-19 e de equipamentos de proteção individual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o gasto foi de R\$ 12.208 mil;
- (iii) R\$ 17.393 mil referentes aos gastos incorridos em operações de fusões, aquisições e integrações, comparativamente a R\$ 9.065 mil no mesmo período de 2020; e
- (iv) R\$ 7.885 mil referentes a outras despesas extraordinárias, comparativamente a R\$ 8.228 mil no mesmo período de 2020.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 gerou uma despesa financeira líquida de R\$ 114.878 mil comparativamente a uma despesa financeira

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

líquida de R\$ 72.871 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 42.007 mil, ou 57,65%, em decorrência do aumento do endividamento da Companhia no período.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi um lucro de R\$ 62.337 mil comparativamente a um prejuízo de R\$ -53.255 mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 115.592 mil ou 217,1%. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,3% e -2,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 84.754 mil comparativamente a R\$ 68.087 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 16.667 mil ou 24,48%. Tal variação decorreu do aumento do resultado tributável das empresas que compõem o grupo econômico da Companhia, apesar do resultado negativo consolidado.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos motivos acima, o prejuízo do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ -22.417 mil, comparativamente a um prejuízo de R\$ -121.342 mil no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 98.925 mil ou -81,53%. O prejuízo do exercício representou -0,83% e -5,96% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida	2.035.191	100,00%	1.689.510	100,00%	20,46%
Custos dos serviços prestados	(1.399.514)	(68,77%)	(1.228.981)	(72,74%)	13,88%
Lucro bruto	635.677	31,23%	460.529	27,26%	38,03%
Despesas gerais e administrativas	(603.609)	(29,66%)	(340.727)	(20,17%)	77,15%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(12.452)	(0,61%)	1.953	0,12%	(737,58%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	19.616	0,96%	121.755	7,21%	(83,89%)
Receitas financeiras	21.932	1,08%	12.674	0,75%	73,05%
Despesas financeiras	(94.803)	(4,66%)	(54.060)	(3,20%)	75,37%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(53.255)	(2,62%)	80.369	4,76%	(166,26%)
Imposto de renda e contribuição social	(68.087)	(3,35%)	(61.273)	(3,63%)	11,12%
Lucro (prejuízo) do exercício	(121.342)	(5,96%)	19.096	1,13%	(735,43%)

Receita líquida

A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.035.191 mil comparativamente a R\$ 1.689.510 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 345.681 mil, ou 20,46%. Esse crescimento é explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (iii) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que incrementaram a receita

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

líquida da Companhia em R\$ 19.019 mil. Para mais informações sobre as aquisições realizadas pela Companhia no período, veja item 10.2 deste Formulário de Referência; e

- (iv) aumento na quantidade de procedimentos e do ticket médio dos serviços de saúde prestados nas clínicas e cancer centers da Companhia que foi responsável por um aumento de R\$ 326.662 mil na receita líquida da Companhia. Tal aumento do ticket médio, por sua vez, foi resultado, principalmente, (a) de atendimentos de maior complexidade, (b) do reajuste anual de preços decorrente da renegociação dos contratos mantidos pela Companhia com suas fontes pagadoras, notadamente operadoras de planos privados de assistência à saúde, e (c) de outros serviços faturados.

Lucro bruto

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$ 170.533 mil, ou 13,9%, de R\$ 1.228.981 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.399.514 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado pelos mesmos fatores que impactaram o aumento da receita líquida no período, conforme mencionado no item "Receita Líquida".

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro bruto da Companhia aumentou 38,03%, ou R\$ 175.148 mil no período. Como percentual da receita líquida, o lucro bruto da Companhia aumentou de 27,26%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para 31,23%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 inclui o resultado de R\$ -3.498 mil referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes, Oncobio e BLI, consideradas operações recém-inauguradas, comparativamente ao resultado de R\$ 5.236 mil no mesmo período de 2019. Adicionalmente, o lucro bruto para empresas recém adquiridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ainda contempla resultados de Radioterapia Recife, Radioterapia Casa de Portugal e Centro de Tratamento Tumores de Botafogo no montante de R\$ 9.837 mil.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com todas as equipes e os escritórios da Companhia, as quais, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram de R\$ 603.609 mil comparativamente a R\$ 340.727 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$ 262.882 mil ou 77,15%. Essa variação é atribuída principalmente aos seguintes fatores:

- (iii) aumento das provisões de obrigações sociais da Companhia, no valor de R\$121.556 mil, referente ao programa de incentivo de longo prazo; e
- (iv) aumento do volume de negócios da Companhia como resultado das aquisições realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que incrementaram as despesas da Companhia em R\$ 11.045 mil.

O saldo de despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 inclui:

- (v) R\$ 31.625 mil referentes às subsidiárias Hospital Marcos Moraes e Oncobio, BLI, operações recém-inauguradas, comparativamente a R\$ 13.072 mil no mesmo período de 2019. Adicionalmente, o saldo de despesas gerais e administrativas para empresas recém adquiridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ainda contempla Radioterapia Recife, Radioterapia Casa Portugal e Centro de Tratamento Tumores de Botafogo no montante de R\$ 9.441mil;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (vi) gastos extraordinários para enfrentar a pandemia de COVID-19, no valor de R\$ 12.208 mil, com a compra de materiais e medicamentos para detecção e tratamento de pacientes com COVID-19 e de equipamentos de proteção individual. Não houve gastos de COVID-19 no mesmo período de 2019;
- (vii) R\$ 9.065 mil referentes aos gastos incorridos em operações de fusões, aquisições e integrações, comparativamente a R\$ 9.878 mil no mesmo período de 2019; e
- (viii) R\$ 8.227 mil referentes a outras despesas extraordinárias, comparativamente a R\$ 18.101 mil no mesmo período de 2019.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 gerou uma despesa financeira líquida de R\$ 72.871 mil comparativamente a uma despesa financeira líquida de R\$ 41.386 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 31.485 mil, ou 76,08%, em decorrência do aumento da alavancagem da Companhia no período.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi um prejuízo de R\$ -53.255 mil comparativamente a um lucro de R\$ 80.369 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 133.624 mil ou 166,3%. O resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou -2,8% e 4,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 68.087 mil comparativamente a R\$ 61.273 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$ 6.814 mil ou 11,1%. Tal variação decorreu do aumento do resultado tributável das empresas que compõem o grupo econômico da Companhia, apesar do resultado negativo consolidado.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos motivos acima, o prejuízo do exercício no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ -121.342 mil, comparativamente a um lucro de R\$ 19.096 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 140.438 mil ou -735,43%. O prejuízo (lucro em 2019) do exercício representou -6,2% e 1,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2021 x 2020	2020 x 2019
ATIVO								
Circulante	2.871.229	47,60%	1.427.353	42,06%	983.448	46,60%	101,16%	45,14%
Caixa e equivalentes de caixa	536.838	8,90%	740.891	21,83%	447.346	21,20%	-27,54%	65,62%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros ativos financeiros	1.477.914	24,50%	48.755	1,44%	-	0,00%	2931,31%	100,00%
Contas a receber de clientes	666.151	11,04%	496.545	14,63%	416.584	19,70%	34,16%	19,19%
Estoques	69.410	1,15%	37.067	1,09%	18.515	0,90%	87,26%	100,20%
Impostos a recuperar	96.631	1,60%	79.321	2,34%	75.574	3,60%	21,82%	4,96%
Dividendos a receber	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outros ativos	24.285	0,40%	24.774	0,73%	25.429	1,20%	-1,97%	-2,58%
Não Circulante	3.161.181	52,40%	1.966.111	57,94%	1.126.827	53,40%	60,78%	74,48%
Aplicações financeiras	35.885	0,59%	32.795	0,97%	10.341	0,50%	9,42%	217,14%
Depósitos judiciais	12.599	0,21%	10.986	0,32%	1.471	0,10%	14,68%	646,84%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.424	0,55%	32.782	0,97%	17.926	0,80%	1,96%	82,87%
Partes relacionadas	31.308	0,52%	18.630	0,55%	17.874	0,80%	68,05%	4,23%
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.738	0,03%	-	0,00%	1.200	0,10%	100,00%	-100,00%
Outros ativos	77.365	1,28%	48.176	1,42%	20.515	1,00%	60,59%	134,83%
Investimentos em controladas	1.386	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Imobilizado	477.916	7,92%	403.293	11,88%	315.112	14,90%	18,50%	18,50%
Intangível	2.238.409	37,11%	1.198.233	35,31%	619.369	29,40%	86,81%	93,46%
Direito de uso e ativos arrendados	251.151	4,16%	221.216	6,52%	123.019	5,80%	13,53%	79,82%
Total do Ativo	6.032.410	100,00%	3.393.464	100,00%	2.110.275	100,00%	77,77%	60,81%
PASSIVO								
Circulante	1.190.722	19,74%	1.021.299	30,10%	916.053	43,40%	16,59%	11,49%
Fornecedores	427.339	7,08%	345.801	10,19%	267.817	12,70%	23,58%	29,12%
Empréstimos e financiamentos	353.370	5,86%	241.876	7,13%	358.157	17,00%	46,10%	-32,47%
Instrumentos financeiros derivativos	2.558	0,04%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
Debêntures	2.540	0,04%	-	0,00%	42.543	2,00%	100,00%	-100,00%
Obrigações sociais	80.137	1,33%	65.331	1,93%	44.583	2,10%	22,66%	46,54%
Obrigações tributárias	88.772	1,47%	113.029	3,33%	77.199	3,70%	-21,46%	46,41%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a pagar por aquisições	83.191	1,38%	109.064	3,21%	71.040	3,40%	-23,72%	53,52%
Dividendos a pagar	24.102	0,40%	18.526	0,55%	21.530	1,00%	30,10%	-13,95%
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	5.000	0,20%	0,00%	-100,00%
Arrendamento mercantil	37.467	0,62%	31.096	0,92%	18.622	0,90%	20,49%	66,99%
Outros passivos	91.246	1,51%	96.576	2,85%	9.562	0,50%	-5,52%	910,00%
Passivo não circulante	2.536.745	42,05%	1.690.996	49,83%	537.851	25,50%	50,01%	214,40%
Empréstimos e financiamentos	805.127	13,35%	1.157.280	34,10%	48.849	2,30%	-30,43%	2269,10%
Debêntures	997.106	16,53%	-	0,00%	257.142	12,20%	100,00%	-100,00%
Obrigações sociais	12.294	0,20%	140.911	4,15%	19.355	0,90%	-91,28%	628,03%
Obrigações tributárias	7.304	0,12%	3.977	0,12%	1.621	0,10%	83,66%	145,34%
Impostos diferidos	5.939	0,10%	6.447	0,19%	15.471	0,70%	-7,88%	-58,33%
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	41.134	0,68%	20.066	0,59%	2.260	0,10%	104,99%	787,88%
Contas a pagar por aquisições	371.316	6,16%	95.675	2,82%	21.848	1,00%	288,10%	337,91%
Partes relacionadas	8.541	0,14%	6.411	0,19%	19.340	0,90%	33,22%	-66,85%
Adiantamentos por futuro aumento de capital	5.424	0,09%	8.476	0,25%	33.473	1,60%	-36,01%	-74,68%
Arrendamento mercantil	232.204	3,85%	202.081	5,96%	110.085	5,20%	14,91%	83,57%
Outros passivos	50.356	0,83%	49.672	1,46%	8.407	0,40%	1,38%	490,84%
Patrimônio Líquido	2.304.943	36,59%	681.169	20,07%	656.371	31,10%	238,38%	3,78%
Capital social integralizado	2.207.134	36,59%	416.066	12,26%	399.991	19,00%	430,48%	4,02%
Gastos com oferta pública de ações	-104.466	-1,73%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Reserva de capital	588.005	9,75%	466.746	13,75%	466.746	22,10%	25,98%	0,00%
Ações em tesouraria	-20.621	-0,34%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	14.955	0,25%	11.997	0,35%	130	0,00%	24,66%	9128,46%
Transação entre sócios	-496.246	-8,23%	-205.186	-6,05%	-180.003	-8,50%	141,85%	13,99%
Prejuízos acumulados	-334.752	-5,55%	-287.852	-8,48%	-130.165	-6,20%	16,29%	121,14%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas da controladora	1.854.009	30,73%	401.771	11,84%	556.699	26,40%	361,46%	-27,83%
Acionistas não controladores	450.934	7,48%	279.398	8,23%	99.672	4,70%	61,39%	180,32%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.032.410	100,00%	3.393.464	100,00%	2.110.275	100,00%	77,77%	60,81%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários**

O saldo do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) da Companhia aumentou R\$ 1.228.196 mil, ou 149,3%, de R\$ 822.441 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 2.050.637 mil, em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento de capital decorrente da oferta de ações ao mercado;

Contas a Receber

O saldo de contas a receber da Companhia aumentou R\$ 169.606 mil, ou 34,2%, de R\$ 496.545 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 666.151 mil, em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é explicado substancialmente pelo crescimento do negócio, com crescimento da receita líquida em 32,8% no período findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, porém com prazos de recebimento semelhantes.

Estoques

O saldo de estoques da Companhia aumentou R\$ 32.343 mil, ou 87,3%, de R\$ 37.067 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 69.410 mil, em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é explicado substancialmente pelo maior volume de estoques relacionado a maior representatividade das operações hospitalares no negócio da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2021, além do aumento de estoque de equipamentos de proteção decorrentes da pandemia de COVID-19.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos fornecedores era de R\$ 427.339 mil, em comparação com R\$ 345.801 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 81.538 mil ou 23,6%, decorreu substancialmente do crescimento do negócio, cuja receita líquida cresceu 32,8% no período findo em 31 de dezembro de 2021, comparado ao mesmo período de 2020, porém com prazos de pagamento semelhantes.

Contas a Pagar por Aquisições (circulante e não circulante)

O saldo de contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou R\$ 249.768 mil ou 121,9%, de R\$ 204.739 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 454.507 mil, em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é decorrente do aumento do volume de aquisições que a Companhia realizou desde a sua oferta pública.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 2.304.943 mil, em comparação com R\$ 681.169 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$ 1.635.430 mil ou 238,4%, deu-se pelo aumento do capital social integralizado, no valor de R\$ 1.791.068 mil, e pelo aumento da participação de acionistas não controladores no valor de R\$ 183.192 mil. O aumento do capital social integralizado se refere a aquisições de participações minoritárias pela controladora, e à oferta pública de ações.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante) da Companhia aumentou R\$ 364.754 mil, ou 79,7%, de R\$ 457.687 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 822.441 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, principalmente, ao fluxo de caixa decorrente de financiamentos no valor de R\$ 551.118 mil para aplicação, principalmente, em (i) obras de expansão, renovação, construção de unidades e aquisições de máquinas e equipamentos hospitalares; e (ii) aquisições de clínicas e cancer centers.

Contas a Receber

O saldo do contas a receber da Companhia aumentou R\$ 79.961 mil, ou 19,2%, de R\$ 416.584 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 496.545 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado substancialmente pelo crescimento do negócio, com crescimento da receita líquida de 20% em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, porém com prazos de recebimento semelhantes.

Estoques

O saldo de estoques da Companhia aumentou R\$ 18.552 mil, ou 100,2%, de R\$ 18.515 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 37.067 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse incremento foi devido, principalmente às aquisições e inaugurações realizadas pela Companhia no ano de 2020, que incrementaram o saldo de estoques da Companhia em R\$ 6.009 mil, além do aumento de estoque de equipamentos de proteção decorrentes da pandemia de COVID-19.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 79.961 mil, em comparação com R\$ 75.574 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 3.944 mil, ou 5,2%, é explicado pelo aumento no saldo de PIS e COFINS a recuperar de R\$ 23.418 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 35.136 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento foi compensado pela amortização do IRRF a recuperar, de R\$ 25.820 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 19.691 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imobilizado

O saldo do imobilizado da Companhia aumentou R\$ 88.181 mil, ou 18,5%, de R\$ 315.112 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 403.293 mil, findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado principalmente pelo:

- (i) aumento em benfeitorias de imóveis de terceiros, no valor de R\$ 26.554 mil e se refere a projetos de expansão das clínicas de oncologia e cancer centers; e
- (ii) aumento em máquinas e equipamentos, no valor de R\$ 32.506 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível

O saldo do intangível da Companhia aumentou R\$ 578.864 mil, ou 93,5%, de R\$ 619.369 mil em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.198.233 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido principalmente aos seguintes fatores:

- (i) aumento do ágio gerado em decorrência das aquisições realizadas no período, no total de R\$ 197.896 mil. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ágio era de R\$ 612.818 mil, em comparação com R\$ 414.922 mil em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) aumento no saldo de acordo de parcerias em decorrência das parcerias concluídas no período, no total de R\$ 346.335 mil. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de acordo de parcerias era de R\$ 482.123 mil, em comparação com R\$ 135.788 mil em 31 de dezembro de 2019; e
- (iii) desenvolvimentos de projetos no valor de R\$ 60.503 mil em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 28.523 mil em 31 de dezembro de 2019.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos fornecedores era de R\$ 345.801 mil, em comparação com R\$ 267.817 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 77.984 mil, ou 29,1%, decorreu substancialmente do crescimento do negócio, cuja receita líquida cresceu 20% no exercício findo 31 de dezembro de 2020, comparado a 31 de dezembro de 2019, porém com prazos de pagamento semelhantes.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulante, aumentou R\$ 692.465 mil, ou 98,0%, de R\$ 706.691 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.399.156 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi devido, principalmente pelas captações financeiras no valor de R\$1.338.145 mil para aquisição de empresas.

Contas a Pagar por Aquisições (circulante e não circulante)

O saldo do contas a pagar por aquisições, circulante e não circulante, da Companhia aumentou R\$ 111.851 mil, ou 120,4%, de R\$ 92.888 mil, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 204.739 mil, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado principalmente pela aquisição do Hospital Vila da Serra (no montante de R\$ 100.145 mil), do Hospital Marcos Moraes (no montante de R\$ 37.513 mil) e da aquisição de participação na clínica CPO-SP (no montante de R\$ 25.554 mil).

Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)

O saldo de arrendamento mercantil, circulante e não circulante, que correspondem aos pagamentos acordados em contratos, totalizou R\$ 233.177 mil no final do exercício de 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 128.707 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 104.470 mil ou 81,2% é decorrente da adição de novas inaugurações e empresas adquiridas no período (Hospital Vila da Serra, no montante de R\$ 87.208 mil, e Hospital Marcos Moraes, no montante de R\$ 5.978 mil).

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(9.283)	185.565	97.075
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(2.029.911)	(355.131)	(365.129)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.834.718	463.111	516.544
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(204.053)	293.545	248.490

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

O saldo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais totalizou R\$ 9.283 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao saldo de caixa líquido gerado de R\$ 185.565 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa queda de R\$ 176.282 mil, ou 95%, é justificado majoritariamente pela redução do prejuízo líquido do exercício, de R\$ 22.417 mil no período de 31 de dezembro de 2021, comparado a prejuízo líquido de R\$ 121.342 mil no mesmo período de 2020, representando um aumento de R\$ 98.925 mil.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O saldo de caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 2.029.911 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao saldo de caixa líquido consumido de R\$ 355.131 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa queda de R\$ 1.674.780 mil, ou 571,6%, é justificado pela movimentação de recursos para aplicações financeiras e aumento no pagamento de aquisições ao longo do ano.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O saldo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 1.834.718 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 463.111 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$ 1.371.607 mil, ou 396,2%, é justificado majoritariamente pela entrada dos recursos decorrentes da oferta pública de ações.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Os saldos de fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não apresentaram variações significativas em comparação com os saldos de fluxo de caixa referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****(a) Resultados das operações do emissor****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os serviços de saúde prestados aos planos de assistência médica, planos de saúde e seguradores de saúde corresponderam a 97,8% da receita bruta total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e o 2,2% restante correspondeu a atendimentos particulares a pessoas físicas no mesmo período.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram: (i) aumento da quantidade de procedimentos, (ii) aumento do ticket médio; (iii) crescimento orgânico; e (iv) aquisições.

i. Aumento da quantidade de procedimentos

O número de procedimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou 382 mil, em comparação a 313 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um crescimento de 22%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a quantidade de procedimentos foi de 300 mil, um crescimento de 4% em relação ao período de 31 de dezembro de 2020.

Número de procedimentos	2019	2020	2021	2021 vs 2020	2020 vs 2019
(i) Total de tratamentos (milhares)	300	313	382	22%	4%

ii. Aumento do ticket médio

Em relação ao ticket médio, o impacto é decorrente do aumento de complexidade nos tratamentos realizados e da incidência da inflação anual.

Ticket medio	2019	2020	2021	2021 vs 2020	2020 vs 2019
Ticket médio (R\$)	6.210	7.079	7.644	8%	14%

iii. Crescimento Orgânico

A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que promovam o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida com a expansão da capacidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui parcerias com prestadores de serviço e operadoras de saúde como parte da sua estratégia de crescimento. Os Diretores entendem que a estratégia de parcerias gera valor de longo prazo ao negócio para ambas as partes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Principais acordos vigentes:

(a) Hospital São Lucas

Em 2019, a Companhia reforçou a parceria com o Hospital São Lucas da PUC/RS por meio de um aditivo ao contrato original, firmado em 2018, para a prestação de serviços oncológicos ambulatoriais (incluindo quimioterapia e radioterapia) aos pacientes do Hospital.

(b) Casa de Saúde São José

Em março de 2020 a Companhia finalizou um acordo com a Casa de Saúde São José, hospital de referência no Rio de Janeiro e parte da Rede Santa Catarina, para uma parceria de longo prazo para o tratamento integrado do paciente oncológico. Como parte da parceria será construído, anexo ao hospital, uma unidade ambulatorial de excelência dedicada exclusivamente ao tratamento oncológico, criando um ambiente, em conjunto com o hospital, em que o paciente poderá ser atendido em todas as etapas do seu tratamento, por meio da operação conjunta de serviços de oncologia no hospital "Casa de Saúde São José" e, posteriormente, em unidade operacional a ser construída em localidade adjacente ao referido hospital. Cada uma das partes terá participação de 50% nos resultados auferidos na parceria.

(c) Hospital Felício Rocho

Em 2020, a Companhia firmou contrato de parceria com o Hospital Felício Rocho, com intuito de viabilizar um tratamento de qualidade aos pacientes do Hospital e em virtude da utilização dos ativos do Hospital para prestação de serviços, reconheceu o custo a título de Royalties no montante de R\$32.422 mil, a ser amortizado no período de 20 anos.

(d) Centro de Excelência Oncológica S.A. – Unimed-Rio

Em 2013 o Centro de Excelência Oncológica S.A., Oncoclínicas Centro de Tratamento Oncológico Ltda. e Unimed-Rio celebraram um Acordo de Parceria para atender aos beneficiários dos planos de saúde operados pela Unimed-Rio, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. Em 2018 houve uma adição de direitos de uso conforme "Acordos de Parceria" no montante de R\$ 60.000 mil com a extensão do prazo da parceria até 2043.

(e) Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU)

Em 2019, a Central Nacional da Unimed – Cooperativa Central (CNU) e a Companhia firmaram uma parceria estratégica pelo prazo de 30 anos, para atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. Essa parceria atende São Paulo, Bahia e Brasília. O valor do investimento é de R\$ 150.060 mil.

(f) Unimed Leste Fluminense

Em 2019, a Companhia e a Casa de Saúde Santa Lúcia (hospital) investiram por meio da Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. visando a exploração de Serviços de Oncologia. O Hospital aportou o intangível avaliado em R\$60.788 mil como contribuição para a formação de uma parceria com a Companhia a fim de operacionalizar o negócio. As partes irão explorar os recursos advindos do contrato de parceria por meio da prestação de serviços de quimioterapia, prestação de serviços, médico-ambulatoriais; desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde.

iv. Aquisições

Desde a sua fundação, a aquisição de empresas tem sido um dos pilares de crescimento da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que a estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial, além de sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. Além disso, a companhia amortiza o ágio decorrente das aquisições, efetuando as deduções fiscais previstas na legislação brasileira.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As fontes de recursos para as aquisições são empréstimos e financiamentos bancários e a geração de caixa da Companhia. As aquisições constituem um relevante fator para justificar as variações de período para período, contribuindo para aumentar as receitas e os custos da Companhia, em decorrência do acréscimo de negócios que promovem. Em 2021, a Companhia adquiriu duas clínicas oncológicas, um hospital, e duas unidades de imagem vinculadas ao hospital adquirido.

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

(a) Grupo CEBROM.

Em 1º de setembro de 2021, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 100% do Centro Brasileiro de Radioterapia, Oncologia e Mastologia – CEBROM, clínica líder em oncologia em Goiânia e região. O CEBROM oferece tratamentos sistêmicos, radioterapia e outras especialidades na linha de cuidados oncológicos. Suas atividades estão distribuídas em 2 unidades equipadas com a mais moderna estrutura para o tratamento oncológico integrado. A aquisição do CEBROM marca a entrada da Oncoclínicas em Goiás e na região centro-oeste, uma região próspera e de rápido crescimento no país.

(b) Complexo Hospitalar de Uberlândia S.A.

Em 1º de outubro de 2021, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 84% do capital social do Complexo Hospitalar Uberlândia S.A., sociedade cujas atividades consistem em serviços médico-hospitalares, ambulatoriais, procedimentos cirúrgicos, exames e consultas e medicina diagnóstica na cidade de Uberlândia. Nesta mesma data, também foram concluídas as aquisições, por meio do próprio UMC, de 100% do capital social da UMC Imagem Ltda. e do Instituto do Coração do Triângulo Mineiro Ltda., sociedades com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, voltadas à prestação de serviços médico-hospitalares.

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

(a) Locus Anatomia Patológica e Citológica Ltda.

Em 20 de dezembro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda de quotas entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das quotas do laboratório Locus Anatomia Patológica e Citológica Ltda pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., por R\$ 5.319 mil, o que foi consumado em 21 de janeiro de 2020 com o fechamento da operação, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas. Localizado em São Paulo, o Laboratório Locus tem por objeto social a prestação de serviços em anatomia patológica e citológica de apoio a tratamento e diagnósticos.

(b) Hospital de Oncologia do Méier S.A. (Hospital Marcos Moraes)

Em 10 de janeiro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das ações que compõem o capital social do Hospital do Méier através da controlada direta Pontus pelo valor total de R\$ 64.050 mil, aqui incluídos os valores referentes a parceria para desenvolvimento de atividades de pesquisa. Localizado no Rio de Janeiro, o Hospital de Oncologia do Méier S.A. (Hospital Marcos Moraes) tem por objeto social a prestação de serviços de atendimento médico hospitalar em diversos serviços, como: oncologia, radioterapia, procedimento cirúrgico, consultas e internações. O fechamento da transação ocorreu em 31 de julho de 2020, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(c) Instituto Roberto Alvarenga Ltda. - IRA**

Em 23 de outubro de 2020, foi celebrado contrato de compra e venda de quotas entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das quotas que compõem o capital social do Instituto Roberto Alvarenga Ltda. pela Companhia ao valor total de R\$ 6.000 mil. Localizado em Belo Horizonte, o IRA tem por objeto social a prestação de serviços laboratoriais de anatomia patológica e citopatologia. Laboratório de referência, possui certificação concedida pela Sociedade Brasileira de Patologia. A data de fechamento da transação foi 15 de dezembro de 2020, após o cumprimento ou renúncia (conforme aplicável) das condições suspensivas estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas, momento em que: (i) a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. cedeu todos os seus direitos e deveres no âmbito do contrato de compra e venda de quotas à Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A.; (ii) a Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A. se tornou única quotista do IRA; e (iii) a Oncoclínica – Centro de Tratamento Oncológico S.A. alienou 5% das quotas de emissão da sociedade a um terceiro (médico).

(d) Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A. – Hospital Vila da Serra

Em 11 de setembro de 2020, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 100% das ações que compõem o capital social do Hospital Vila da Serra pela controlada direta Oncoclínica - Centro de Tratamento Oncológico, pelo valor total de R\$ 165.318 mil, a qual foi concluída em 30 de novembro de 2020. Localizado entre as cidades de Belo Horizonte e Nova Lima, Minas Gerais, o Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A, mais conhecido como Hospital Vila da Serra (HVS) é atuante em várias frentes, mantendo o enfoque em humanização e excelência em atendimento.

Aquisições relevantes concluídas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:**(a) Núcleo de Hematologia e Transplante de Medula Óssea de Minas Gerais Ltda.**

Em 21 de maio de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 87,75% das quotas que compõem o capital social da clínica Núcleo de Hematologia e Transplante de Medula Óssea de Minas Gerais Ltda. pela Oncoclínicas Participações Minas Gerais S.A., pelo valor total de R\$ 54.976 mil.

(b) Pro Onco Centro de Tratamento Oncológico Ltda.

Em 16 de agosto de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 80% das ações da clínica Pro Onco de Tratamento Oncológico Ltda. pela Oncopar Sul Empreendimento e Participações Ltda., pelo valor total de R\$ 32.000 mil.

(c) Boston Lighthouse Innovation (BLI)

Em 07 de agosto de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda entre as partes, por meio do qual foram definidos os termos e condições para a efetiva aquisição de 90,28% das quotas que compõem o capital social da sociedade Boston Lighthouse Innovation (BLI) pela Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A., pelo valor total de R\$ 24.534 mil. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja o item 10.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia", e o item 10.2, alíneas (a) e (c), deste Formulário de Referência. Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja o item 4.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. A Companhia possui apenas um projeto em execução no exterior, mas não há produção no local.

Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas nos itens 15.6 e 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia se encontram descritos no item 10.1(f) e 10.2 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Adoção de novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2022**

Não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/ International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") emitidas recentemente, aplicáveis à Companhia, que tenham sido adotadas no período corrente pela Companhia e suas subsidiárias

- a) Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 06 (R2)/IFRS 16 e CPC 48/IFRS 9: Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2.

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

- b) IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021.

As alterações estabelecem medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, onde permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionado a COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Essas alterações não têm impacto relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Adoção de novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2020

- a) Alterações no CPC 15 (R1)/IFRS 3: Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1)/IFRS 3 esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um "input" - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os "inputs" - entradas de recursos e processos necessários para criar "outputs" - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer outras combinações de negócios.

- b) Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38/IAS 39 e CPC 48/IFRS 9 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- c) Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8: Definição de material As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.
- d) Revisão no CPC 00 (R2)/ Conceptual Framework: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado trouxe alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- e) Alterações no CPC 06 (R2)/IFRS 16: Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Adoção de novos pronunciamentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019

- a) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve se basear em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) IFRS 16/CPC 6 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019)

A Companhia adotou a IFRS 16 / CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2), introduz exigências novas ou alteradas com relação à contabilização de arrendamento. A norma introduz mudanças significativas na contabilização do arrendatário ao eliminar a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigir o reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no início para todos os arrendamentos, exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Diferentemente da contabilização do arrendatário, as exigências de contabilização do arrendador permanecem substancialmente inalteradas. O impacto da adoção da IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia está a seguir.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas.

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 115.215 mil de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de amortização e juros, ao invés de despesas de arrendamento operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu R\$ 21.812 mil de amortização e R\$9.113 mil de juros destes arrendamentos.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16/CPC 6 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019)

O efeito da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, está demonstrado na tabela abaixo:

Consolidado	Ativo	Passivo	Despesa
	R\$ mil		
Adoção inicial – 1º de janeiro de 2019	115.215	(115.215)	-
Adições (1)	29.616	(29.616)	-
Pagamentos		25.237	-
Amortização	(21.812)	-	21.812
Juros	-	(9.113)	9.113
Saldo em 31 de dezembro de 2019	123.019	(128.707)	30.925
(1) corresponde aos arredondamentos celebrados entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019			

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos de valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos derivativos – swap ativo	Empréstimos e recebíveis	Valor Justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Vendas de participações societárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Parceria Fundação Ary	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Contas a pagar por aquisição	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Direito de exclusividade	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foi emitido com parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras, e, determinadas reclassificações efetuadas nos períodos comparativos estão divulgadas na nota explicativa no 2.2 às demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios acima mencionados.

O relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021 foi emitido sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia busca manter um procedimento de revisão de suas políticas contábeis e de avaliação da adequação das estimativas necessárias para produção das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e nas normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e suas interpretações técnicas e orientações e pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. As demonstrações financeiras da Companhia contêm, portanto, diversos julgamentos, estimativas e premissas contábeis. Itens significativos sujeitos a julgamentos, estimativas e premissas contábeis da Companhia incluem reconhecimento de receitas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, perda esperada e glosas, perda por impairment, realizações de impostos diferidos, provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, valor justo de instrumentos financeiros, avaliação de controle das investidas, determinação do valor justo de passivos assumidos em combinação de negócio, arrendamento e phantom shares. Apesar de a Companhia revisar periodicamente os julgamentos, estimativas e premissas contábeis que utiliza para elaborar suas demonstrações financeiras, os resultados reais podem divergir de tais julgamentos, estimativas e/ou premissas. Para mais informações sobre as políticas contábeis críticas da Companhia, vide nota 3 das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis que requerem um elevado nível de subjetividade ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar adversamente as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários estão descritos a seguir:

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente.

A receita líquida é mensurada com base no valor nominal, que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa, perda esperada e glosas

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº7. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados em sua totalidade a partir do momento que há um processo judicial vinculado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor.

A caracterização da glosa ocorre no momento do recebimento dos créditos. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado.

Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, que considera as perdas estimadas que são mensuradas considerando as perdas históricas.

Perda por impairment - ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 2.14. O ágio resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Anualmente é realizado teste de redução ao valor recuperável do ágio relativo as aquisições das empresas, sendo que a Administração considerou como unidade geradora de caixa cada empresa adquirida. A análise é realizada com base em projeções do fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa, descontado a valor presente.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a redução ao valor recuperável do ágio nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Realização do imposto diferido

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras na extensão em que é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a sua realização, que leva também em consideração o histórico de lucros tributáveis das entidades legais que fazem parte do Grupo.

Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia reconhece provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis com base na avaliação da probabilidade de êxito. Essa avaliação inclui o estudo das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A administração acredita que essas provisões para riscos contingentes estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras, considerando a expectativa de desembolso de caixa.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial ou divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Avaliação de controle em investidas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando a Companhia possui: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes: equivalência patrimonial e eliminações de operações entre empresas dentro do grupo (intercompany).

As transações significativas realizadas entre as empresas da Companhia são eliminadas. Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas da Companhia são eliminados; A participação dos acionistas não controladores é segregada do patrimônio líquido e resultado consolidado.

Valor justos dos ativos e passivos assumidos em combinação de negócio

Na data da aquisição, a Companhia mensura a valor justo os ativos e passivos atribuídos a combinação de negócio, bem como a participação não controladora na adquirida, onde é definido como "o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração".

A contabilização inicial é realizada de forma provisória, para as combinações de negócios que estão incompletas na data de reporte, sendo considerado o limite de um ano da data da aquisição.

Os julgamentos associados incluem os valores iniciais contabilizados, referem-se a melhor estimativa na data de reporte, podendo sofrer alterações durante o percurso de análise dos saldos contábeis da adquirida, a aplicação das práticas do Grupo Oncoclínicas quando aplicável, e na determinação da alocação do preço de compra, apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e seus efeitos no ágio adquirido em combinação de negócios.

Arrendamentos mercantil

Até 2018, o Grupo aplicava a norma IAS 17/CPC 06(R1) - Operações de arrendamento mercantil, no qual estabelecia que a determinação de se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil está baseada em aspectos relativos ao uso de um ativo ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Neste contexto, com base nestas normas, os arrendamentos mercantis financeiros são aqueles que transferem à Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, incluindo, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os arrendamentos operacionais, que eram os arrendamentos substancialmente mantidos pelo Grupo são aqueles cujos riscos e benefícios não são transferidos ao arrendatário, sendo os custos reconhecidos no resultado de forma linear, à medida que o ativo é utilizado. As diferenças entre os valores efetivamente pagos e os reconhecidos como despesa no resultado são reconhecidos como despesas antecipadas ou provisionados no balanço patrimonial.

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos que não se qualificarem nesta regra são classificados como operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A partir de 1º de janeiro de 2019, o Grupo adotou a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento. A IFRS 16/CPC 06(R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17/CPC 06(R1). Desse modo, na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O Grupo selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. O Grupo aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que o Grupo aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03. O Grupo também optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, bem como para contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja considerado de baixo valor.

Com base nessa nova norma, o Grupo passou a reconhecer um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, para os quais, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa de desconto implícita estabelecida nos respectivos contratos de arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial, assim como o ativo de direito de uso. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício.

Phantom Shares

A Companhia avalia a prática contábil de outorga de ações virtuais (phantom shares) com base na análise dos requerimentos de normas contábeis e considera que se trata de transação com pagamento baseado em ações liquidada em caixa até o 3T21, dentro do alcance do CPC 10 – Pagamento baseado em ações.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Durante o quarto trimestre de 2021, a Companhia aditou o contrato de outorga de ações virtuais para parte dos beneficiários do plano, em mútuo acordo, concordando em antecipar o exercício das ações virtuais vestidas através da entrega de ações mantidas em tesouraria com valor referencial final definido. Esses aditivos contratuais alteraram a forma de liquidação das obrigações constituídas, de caixa para ações, bem como estabeleceram uma prática de liquidação desses instrumentos.

Diante deste novo cenário, a Companhia acessou os critérios estabelecidos pelo CPC 10 - R1 (equivalente a norma internacional IFRS 2) e concluiu que, com base nos novos fatos e circunstâncias, a reclassificação do programa para equity settle é apropriada. Dessa forma, a durante o último trimestre de 2021, a Companhia atualizou o valor justo das obrigações decorrentes desse programa em contrapartida ao resultado do exercício. Adicionalmente, a Companhia reclassificou o patrimônio líquido, os valores decorrentes desses instrumentos, sendo que o saldo mantido no passivo em 31 de dezembro de 2021 é decorrente das obrigações tributárias e previdenciárias que serão recolhidos pela Companhia em caixa.

Considerando as características da outorga de ações virtuais pela Companhia, a “condição de serviço” para obtenção do direito ao prêmio é que o beneficiário tenha trabalhado como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia ou de qualquer de suas controladas pelos períodos mínimos indicados em seu respectivo contratos de outorga de ações virtuais, em caso de um evento de liquidez ou de oferta pública inicial de ações da Companhia, desde que possua ações virtuais vestidas – ou ações virtuais que se tornarão vestidas após tais eventos e antes dos períodos de exercício aplicáveis – conforme termos e condições descritos nos respectivos contratos de outorga de ações virtuais celebrados individualmente com os beneficiários. Nesse contexto, todos os beneficiários que cumprirem a condição de serviço descrita em seu contrato de outorga de ações virtuais, terão direito a receber, nos períodos de exercício aplicáveis, o prêmio referente à valorização do preço das ações entre a data da outorga e a data do evento de liquidez ou oferta pública inicial de ações da Companhia. Assim, o momento do reconhecimento da obrigação nas demonstrações financeiras da Companhia é a data de outorga das ações virtuais transferidas ao beneficiário. Para mais informações sobre a prática de outorga de ações virtuais pela Companhia, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia atua no segmento de serviços de saúde por meio clínicas de oncologia, laboratórios de genômica, anatomia patológica e cancer centers no Brasil. A Companhia opera a maior rede de clínicas oncológicas do Brasil, com 91 unidades localizadas estrategicamente em 25 cidades do Brasil.

Com a contínua busca pela eficiência e melhora operacional da Companhia, continuamos investindo em diversas frentes operacionais, incluindo reformas na infraestrutura das atuais unidades e expansão de novas clínicas em localização em que a Companhia ainda não está presente e sistemas, automatização de rotinas, além de investimentos em equipamentos, computadores, licenças, entre outras despesas.

Nos últimos anos, a Companhia investiu em novas tecnologias com o intuito de aumentar o nível de serviço prestado. Dentre as diversas iniciativas, podemos destacar o desenvolvimento dos centros integrados de tratamento de câncer, a criação do laboratório de genômica, a aquisição dos laboratórios de anatomia patológica e o desenvolvimento das atividades de bioinformática.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o desembolso de caixa relacionado aos investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizou R\$ 128.444 mil e os gastos com aquisição de novas empresas totalizaram R\$ 395.178 mil.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de suas atividades operacionais e empréstimos e financiamentos bancários.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos que estima receber com a oferta pública inicial das ações ordinárias de sua emissão ("Oferta") para ampliar sua participação no mercado de oncologia do Brasil, dando continuidade aos investimentos de construção de novos centros integrados de câncer e/ou de expansão das unidades existentes, no curso regular dos negócios; e a aquisição de empresas que atuam no mercado de oncologia e suas respectivas integrações, no curso normal de seus negócios.

Para mais informações, vide seção "Destinação de Recursos" do prospecto da Oferta.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Análise dos Impactos da Pandemia do COVID-19 nos Negócios da Companhia

De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente da doença COVID-19, causada pelo novo coronavírus ("COVID 19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

A partir do Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas.

Adicionalmente, a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento a antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional e as atividades da Companhia foram negativamente afetadas pela pandemia do COVID-19, tendo o maior impacto ocorrido no segundo trimestre de 2020. A Companhia acredita que a pandemia do COVID-19 continuará a impactar negativamente seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e margens, e que a extensão de tais impactos depende de desenvolvimentos futuros, que permanecem, na data deste Formulário de Referência, altamente incertos e imprevisíveis.

Impactos na Situação Financeira e nos Resultados da Companhia

A Companhia não sofreu impactos financeiros materiais durante a pandemia. Não obstante, os impactos se refletiram nos seguintes fatores:

- (i) a pandemia de COVID-19 reduziu o volume de atendimentos de pacientes previstos no ano de 2020 e 2021 durante os períodos de maior notificação de casos da doença;
- (ii) gastos extraordinários para enfrentar a pandemia de COVID-19 no montante de R\$ 11.338 mil, no ano de 2021, com a compra de materiais para detecção de COVID-19 dos funcionários e de equipamentos de proteção individual; e
- (iii) gastos extraordinários para enfrentar a pandemia de COVID-19 no montante de R\$ 12.208 mil, no ano de 2020, com a compra de materiais para detecção de COVID-19 dos funcionários e de equipamentos de proteção individual.

Medidas Adotadas em decorrência do COVID-19

Desde o início da pandemia, a Companhia monitora diariamente a evolução da COVID-19 e o impacto em seus negócios, tendo desenvolvido um plano estratégico específico, com:

- (i) a criação de um comitê de gestão de crise, composto por membros do conselho de administração e por diretores de áreas chave da Companhia;
- (ii) a adoção de todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar dos empregados e demais colaboradores da Companhia, incluindo compreensivos e periódicos treinamentos de capacitação e segurança e manuseio de pacientes infectados com o COVID- 19, especialmente a médicos e profissionais de saúde não médicos, a

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

adoção de protocolos de atendimento específicos nos cancer centers, clínicas e laboratórios da Companhia a pacientes com sintomas de COVID-19;

- (iii) desenvolvimento pioneiro de teste de PCR em nosso laboratório de genômica, cujos resultados são entregues em até um dia após a coleta;
- (iv) aplicação de testes em toda a equipe a cada duas semanas;
- (v) pronto início da vacinação em todos os colaboradores envolvidos na prestação de atendimento de saúde, sem exceções;
- (vi) a elevação dos níveis de estoque de materiais e medicamentos para detecção e tratamento de pacientes com COVID-19 e de equipamentos de proteção individual; e
- (vii) a adoção de uma plataforma de telemedicina para permitir a continuidade aos atendimentos médicos.

Além disso, a Companhia reforçou seu caixa junto a instituições financeiras parceiras com o fim de preservar sua liquidez, financiar capital de giro, atender suas obrigações financeiras e com fornecedores e suportar investimentos no curso normal dos negócios.

Do ponto de vista operacional, a Companhia mantém todas suas funções operando plenamente por meio de um sistema de triagem de segurança de médicos, funcionários e pacientes, não havendo qualquer ocorrência de fechamento de unidade ou suspensão de tratamento.

Cronograma de Desembolso de Potenciais Aquisições

Com relação às potenciais aquisições informadas no item 7.1 deste Formulário de Referência, a Companhia apresenta abaixo o respectivo cronograma estimado de desembolso:

- Grupo CAM/Clion

Vencimento	Desembolso Companhia – Valor da Parcela (em R\$)	Aporte Sócios em NOB – Valor da Parcela (em R\$)	Desembolso Companhia – Valor Líquido da Parcela (em R\$)
Fechamento	210.675.004	(65.276.840)	145.398.164
12 Meses	64.823.078	-	64.823.078
Até 60 Meses	48.617.309		48.617.309
TOTAL	324.115.390	(65.276.840)	258.838.551

- Itaigara Memorial

Vencimento	Desembolso Companhia – Valor da Parcela (em R\$)
Fechamento	59.154.538
12 Meses	25.351.945
TOTAL	84.506.483

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Unity

Vencimento	Desembolso Companhia – Valor da Parcela (em R\$)
Fechamento	554.233.095
TOTAL	554.233.095

- Microimagem

Vencimento	Desembolso Companhia – Valor da Parcela (em R\$)
Fechamento	4.000.000
12 meses	4.000.000
TOTAL	8.000.000